

Relatório Anual
(Societário)

2017



João Cesa
Energia para a vida

Índice

Relatório da Administração Societário	5
Balanço Patrimonial Societário	24
Demonstração do Fluxo de Caixa Societário	26
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário	27
Demonstração do Resultado do Exercício Societário	28
Notas Explicativas Societárias	31
Parecer dos Auditores Independentes Societário	65
Relatório da Administração Regulatório	69
Balanço Patrimonial Regulatório	90
Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório	92
Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório	93
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório	95
Notas Explicativas Regulatório	96
Parecer dos Auditores Independentes Regulatório	129



Relatório da Administração Societário

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societárias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.



Carta da Diretoria

Senhores e Senhoras Sócios Cotistas:

Ao término deste exercício, onde, com esperança, vimos a economia do País parar de afundar, e, de forma gradual iniciar sua aceleração, compete-nos relatar sobre as atividades e resultados econômico e financeiros do período.

Neste contexto, observamos que em todo o ano, esteve às nossas portas um chamado para promover a transformação digital. Não se trata apenas de aderir à tecnologia, mas de reimaginar o cotidiano. Chegou a hora de construir novos modelos para reunir pessoas, dados e processos para gerar valor para os clientes e criar novas oportunidades para as organizações. Essas tendências, são facilmente verificadas no ano que ora apresentamos à V.Sas.

Neste cenário de evolução a João Cesa, que a mais de 70 anos tem como compromisso impulsionar o desenvolvimento do município de Siderópolis, apresenta seus números com muita alegria, pois apesar que ainda passamos muitos desafios no ano de 2017, a retomada das compras vem equilibrando o cenário econômico do país e a João Cesa se orgulha neste exercício em alcançar o seu planejamento estratégico com investimento 100% provenientes de recursos próprios, diminuindo assim dívidas com fornecedores e financiadores, baixando sua despesa operacional na casa de 6,33%, e, através de ações vinculadas à gestão, alcançar a almejada retomada do equilíbrio financeiro de seu fluxo de caixa.

Graças as diretrizes tomadas em sua administração, fomos coroados neste exercício com o 1º Lugar no Prêmio da revista Eletricidade Moderna, Categoria Operação, e obtivemos um alcance extraordinário na Prêmio IASC – Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, saindo da 34ª posição para 15ª no Brasil, e em nossa categoria, saindo de 9ª em 2016 para o 7ª em 2017. Já no Ranking ANEEL dos indicadores de qualidade - DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – Tempo que, em média, no período de observação, em que cada unidade consumidora ficou sem energia elétrica e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – Número de interrupções ocorridas, em média, no período de observação, fechamos o exercício mais uma vez como o nome da João Cesa na tela da ANEEL, alcançando com muito orgulho o segundo lugar do Ranking em nossa categoria.

Com todas as premiações reconhecidas pelos mais importantes órgãos do Setor, a João Cesa agradece e reforça o compromisso que tem de colaborar para a construção de um futuro melhor para toda nossa Sociedade, Colaboradores, Consumidores e toda a nossa área de Concessão.

E, por fim, gostaríamos de agradecer a Deus, ao empenho de todos os nossos colaboradores, parceiros, consumidores, sócios cotistas por estarem ao nosso lado durante todo 2017, e, reafirmar nossa grande perspectiva no exercício de 2018.

Edson de Silvestre
Diretor Administrativo

Sednir Cesa
Diretor Financeiro



Carta do Contador

É na tempestade que se fazem os bons marinheiros, e assim foi no ano de 2017. Um ano muito difícil para quase todos os setores da economia brasileira. E em meio a tantos vendavais, nós, colaboradores da JOÃO CESA, realizamos avanços relevantes e consolidamos o nosso programa de crescimento e desenvolvimento. Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da EFLJCL - Empresa Força e Luz João Cesa LTDA, comunicamos aos Senhores Sócios Cotistas a conclusão do exercício de 2017, com alto grau de qualidade, transparência e legalidade, dentro da legislação imposta pelo Poder Concedente.

A nossa Empresa, muitas vezes premiada por figurar entre os melhores relatórios econômico e financeiros dentro do segmento de Energia Elétrica aos Sr. Sócios, primou, em 2017, pelos conceitos de transparência, detalhando as contas contábeis ao extremo, para assim deixar os números da João Cesa aptos para a avaliação e valoração de suas cotas a seus investidores, apresentando de forma clara seu resultado, se firmando no seguimento como Distribuidora de Energia Elétrica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Nossa atividade está baseada no compromisso do desempenho com a integridade. Esta é a herança sobre a qual nossa Empresa foi construída e é a base sobre a qual continuaremos a ampliar em nossa área de concessão. Mantendo os mais elevados padrões técnicos em todas as atividades e em todos os setores da Empresa. Agindo dessa maneira, conquistaremos a confiança de nossos clientes, parceiros de negócios e comunidade que nos ajudarão no progresso da Empresa.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL têm intensificado o monitoramento eletrônico (Mundo Digital), impondo pré-análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Sócios Cotistas que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições de V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício da Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Att

Edson de Silvestre

Contador



Cenário

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda atua no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 70 anos de existência.

Em 2017, ano em que grandes mudanças ocorreram em nosso País, houve a desaceleração da crise, o que, propiciou, ao final do exercício, um ligeiro aumento em nosso número de consumidores na ordem de 0,77%. Com relação ao mercado atendido, houve um decréscimo expressivo, na ordem de (11,20) %, resultado da migração de consumidores cativos para o Mercado Livre. Esta redução ocorreu, na classe industrial: (40,17%). Houve diminuição, também nas demais classes, onde o efeito da crise do País fatalmente mudou hábitos, onde podemos destacar: classe Residencial: (0,30)%; Comercial (3,37)%, havendo, porém, um pequeno aumento nas Classes: Rural (nosso menor mercado, formado por 4 consumidores) 11,05%; Poder Público: **2,16%**; e, **Iluminação Pública: 3,57%**.

Já com relação a utilização de nossas redes por consumidores que adquirem energia no Mercado Livre, houve, nesse exercício, aumento na ordem de 105,44%.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

Distribuição

A João Cesa distribui energia elétrica para parte do Município de Siderópolis – SC, não atendendo a nenhum consumidor livre fora de sua área de Concessão. Conecta, contudo, 2 Consumidores Industriais não cativos, ou seja, que operam no Mercado Livre de Energia Elétrica.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano, 318 novas ligações, sendo, 264 Residenciais, 41 Comerciais, 02 industriais e 11 Poderes Públicos. Nosso atendimento totalizou 3.650 consumidores, base dezembro de 2017, apresentando um crescimento de 0,77% em relação a 2016.

Número de Consumidores

Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	2.299	2.331	2.998	3.050	3.082	3.116
Comercial	326	335	378	386	379	377
Industrial	89	104	125	123	114	109
Rural	5	5	5	5	4	4
Poderes Públicos	34	34	38	37	40	41
Iluminação Pública	1	1	1	1	1	1
Serviço Público	-	-	-	-	-	-
Total	2.754	2.810	3.545	3.602	3.620	3.648
Variação	4,60%	2,03%	26,16%	1,61%	0,50%	0,77%
Consumidor Livre (especial)	-	-	-	-	2	2
Total Geral	2.754	2.810	3.545	3.602	3.622	3.650

O consumo de energia elétrica na área de atuação da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda, no ano 2017, foi de 13.414,82 megawatts-hora, tendo apresentado uma redução de (11,20)% em relação a 2016. O consumo faturado foi na ordem de 13.430,79 apresentando, também, uma redução de (11,19%).

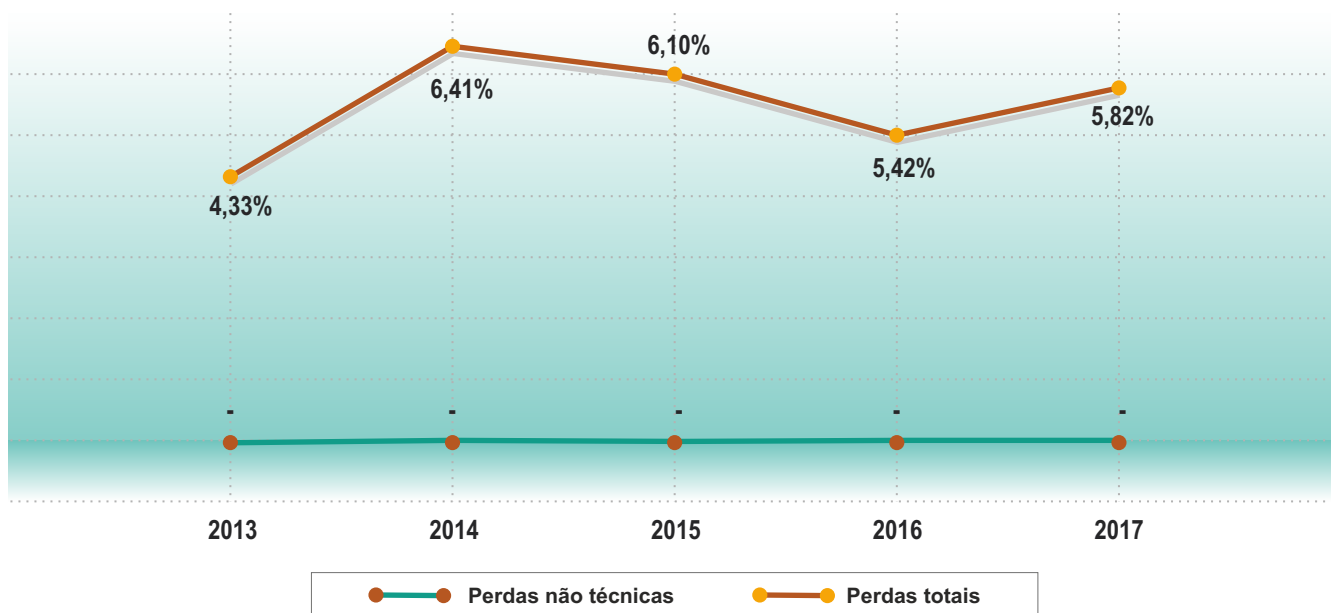
A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

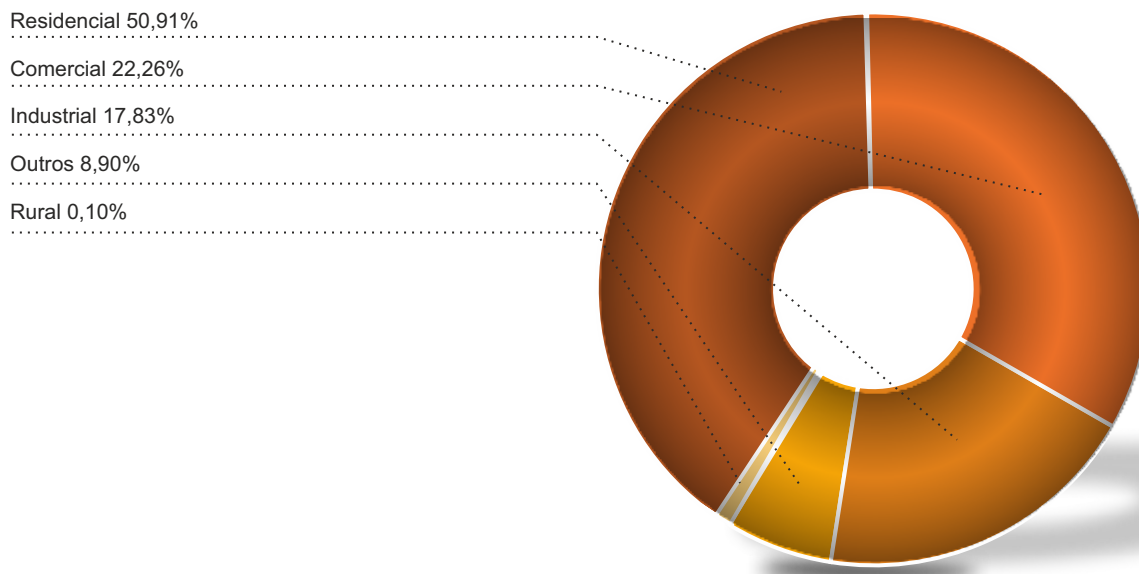
Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Energia Faturada	13.651,62	16.440,86	16.716,29	15.106,39	13.414,82
Fornecimento	13.651,62	16.440,86	16.716,29	15.106,39	13.414,82
Residencial	5.261,52	6.780,41	6.725,00	6.853,81	6.832,95
Comercial	2.703,22	3.138,58	3.178,49	3.099,27	2.994,86
Industrial	4.738,58	5.353,02	5.639,53	3.986,08	2.384,72
Rural	12,47	12,89	13,35	11,58	12,86
Poderes Públicos	457,29	539,15	528,82	528,02	539,42
Iluminação Pública	478,54	616,81	631,10	627,63	650,01
Serviço Público	-	-	-	-	-
Suprimento p/ agentes de distribuição				-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	1.834,33	3.768,39
Consumidores Livres/Dist./Ger.				1.834,33	3.768,39
Consumidores Rede Básica				-	-
Total	13.651,62	16.440,86	16.716,29	16.940,72	17.183,21
Variação	3,55%	20,43%	1,68%	1,34%	1,43%

Balanco Energético

Energia Requerida	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de Energia	13.651,62	16.440,86	16.716,29	14.911,55	13.240,94
Fornecimento	13.651,62	16.440,86	16.716,29	14.911,55	13.240,94
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	1.834,33	3.768,39
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	13.651,62	16.440,86	16.716,29	16.745,88	17.009,33
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	617,42	1.126,48	1.086,57	958,98	1.050,22
Perdas Técnicas	617,42	1.126,48	1.086,57	958,98	1.050,22
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	-%	-%	-%	-%	-%
Perdas Totais - PT	617,42	1.126,48	1.086,57	958,98	1.050,22
PT / Energia Requerida %	4,33%	6,41%	6,10%	5,42%	5,82%
Total	14.269,04	17.567,34	17.802,86	17.704,86	18.059,55



Consumo por Classe de Consumidores



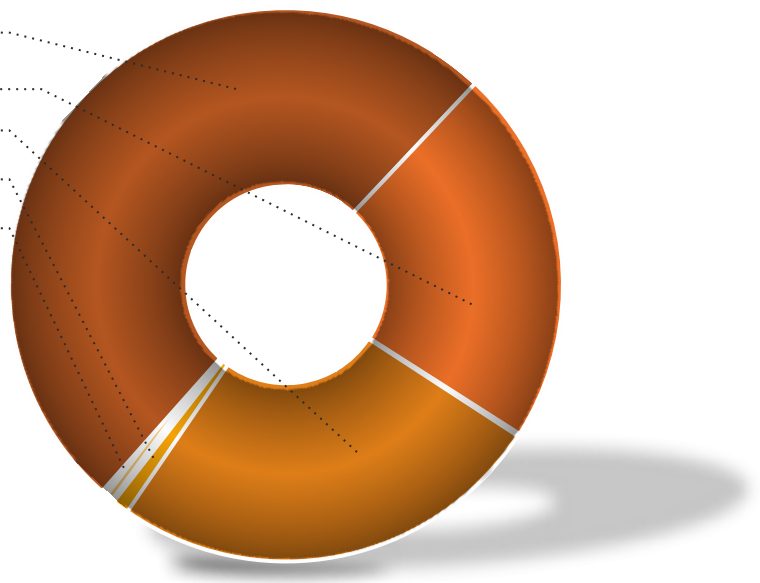
Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R\$ 6.844,36 reais-mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ Mil

Classe	2017	2016	%
Residencial	3.640,49	3.562,37	2,19%
Comercial	1.588,75	1.550,66	2,46%
Industrial	1.136,57	1.867,63	(39,14)%
Rural	3,83	3,83	(0,11)%
Outros	474,74	434,78	9,19%
Poderes Públicos	291,14	267,42	8,87%
Iluminação Pública	183,60	167,36	9,70%
Serviço Público	-	-	- %
Total	6.844,36	7.419,27	(7,75)%

Receita Líquida por Classe de Consumidores

Residencial 53,50%
 Comercial 23,35%
 Industrial 16,70%
 Outros 6,39%
 Rural 0,06%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2017, apresentou um crescimento de 0,77% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

	2016	2017
Residencial	3.082	3.116
Comercial	379	377
Industrial	114	109
Rural	4	4
Poderes Públicos	40	41
Iluminação Pública	1	1
Serviço Público	-	-
Total	3.620	3.648
Varição	0,50%	0,77%
Consumidor Livre (especial)	2	2
Total geral	3.622	3.650

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2017, atingiu R\$ 532,78 /MWh, com aumento de 2,50% com relação a dezembro de 2016. Por meio da Resolução Homologatória ANEEL N° 2.297 de 29 de Agosto de 2017 a Empresa Força e Luz João Cesa Ltda foi autorizada a aplicar sobre sua venda de Energia Elétrica, um reajuste médio de 12,44%, sendo 16,65%, o efeito a ser percebido por seus consumidores.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	532,78
Comercial	530,16
Industrial	474,35
Rural	350,89
Outros	400,97

Tarifa Residencial Baixa Renda Por faixa de Consumo	Kwh 0 a 30	Kwh 31 a 80	Kwh 81 a 100	Kwh 101 a 220
Tarifas Brutas	212,21	363,78	363,78	545,67

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC(Horas)	FEC(Interrupções)	Tempo de espera (horas)
2013	2,82	1,03	0,65
2014	3,29	6,16	0,60
2015	1,28	2,51	0,54
2016	2,78	1,70	0,59
2017	1,83	3,53	0,49

No ano 2017 a Empresa Força e Luz João Cesa manteve um bom desempenho na continuidade do fornecimento de energia elétrica prestado aos consumidores, em virtude dos investimentos em manutenção e reforço da rede de distribuição, o emprego de materiais de boa qualidade e também ao treinamento do pessoal envolvido na manutenção do sistema elétrico. Cumprimos desta forma, as metas estabelecidas pela ANEEL, que são 10 horas para a DEC e 9 interrupções para a FEC.

Atendimento ao consumidor - A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios do Município de Siderópolis se encontram atendidos no que diz respeito ao fornecimento de Energia Elétrica. Efetua, assim, todos os atendimentos nos prazos legais e regulamentares

Desempenho econômico-financeiro

Em 2017, o lucro líquido societário foi de R\$ 263,24 mil, contra um prejuízo de R\$ (21,80) mil em 2016. Estatisticamente trata-se de uma mudança expressiva. O resultado foi impulsionado por ações tomadas pela diretoria afim de equacionar a situação criada com a ida para o Mercado Livre, como Consumidor livre Especial de nossos maiores Consumidores no ano de 2017. O resultado não fora ainda melhor pois a economia deu poucos sinais de recuperação, acarretando em uma diminuição expressiva no consumo da classe Industrial.

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória.

Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

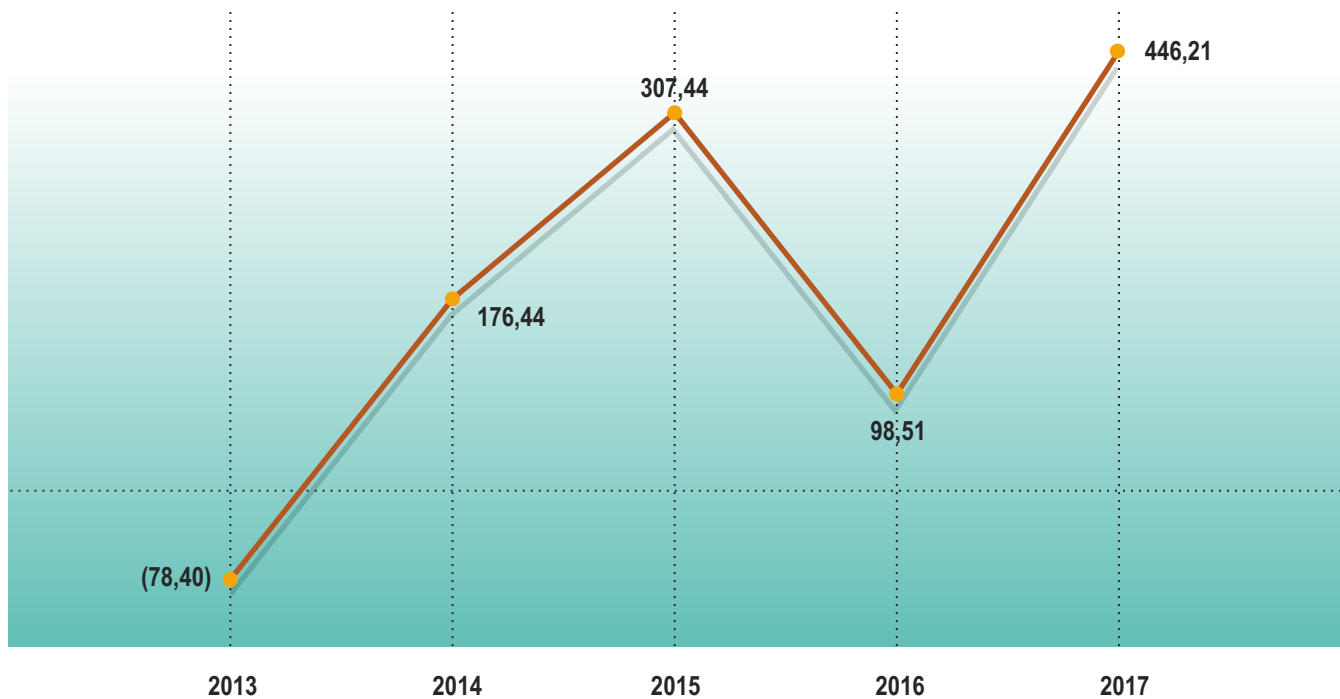
RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 319,13 mil
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 265,25 mil
RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 232,88 mil

A receita operacional líquida societária atingiu R\$ 7.042,18 mil, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 6.990,45 mil.

As despesas operacionais societárias totalizaram em 2017 R\$ 6.812,22 mil, 4,56% inferior em relação à 2016, sendo destaque deste montante os custos com: energia comprada para revenda 63,62% do montante, e o total das taxas regulamentares no valor de R\$ R\$ 1.110,85, representando este uma diminuição de (14,47) % em relação ao ano anterior. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 23,98% contra (1,27) % em 2016.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (cálculo societário) foi de R\$ 446,21 mil, superior em 395,96% a 2016, que foi de R\$ 98,51 mil, conforme evolução abaixo:

EBITDA OU LAJIA - Legislação Societária

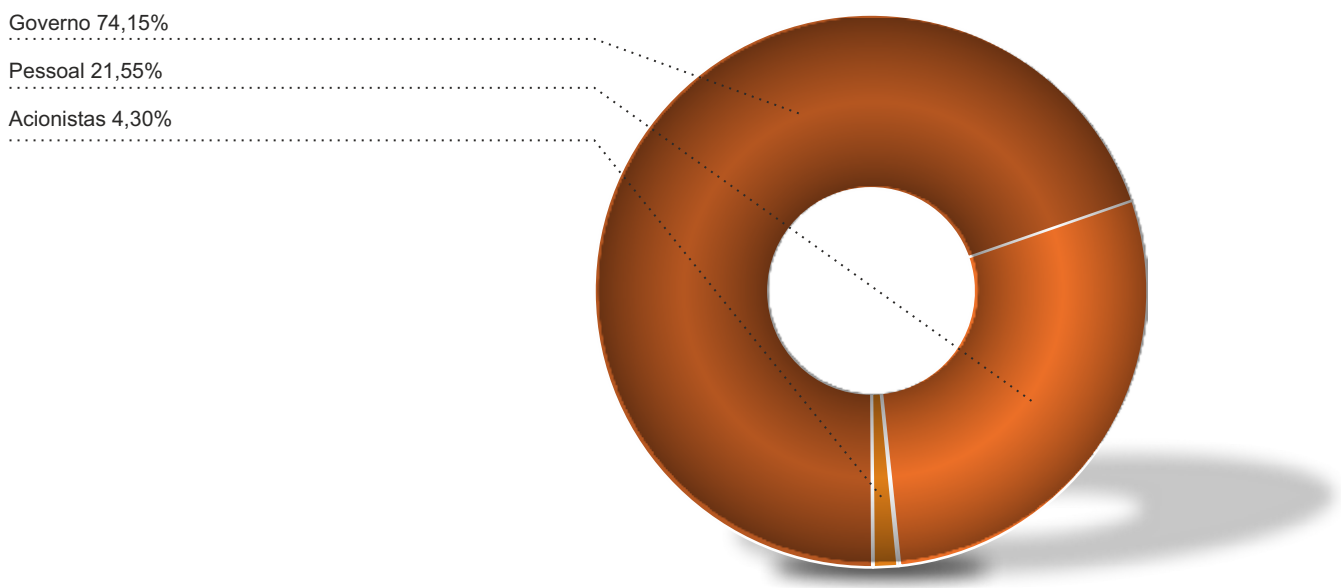


Investimentos: Em 2017, os investimentos da EFLJCL, importaram em R\$ 101,56, 45,02% inferior em relação à 2016. Tal diminuição não prejudicou que se continuasse gerando melhorias significativas na manutenção dos baixíssimos indicadores de qualidade desta Concessionária. No investimento de 2017, que totalizou R\$ 101,56 reais/mil, R\$ 101,56 reais mil foram realizados em Linhas e Redes de Distribuição - Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 4 (quatro) anos, a Empresa estima um investimento total de R\$ 556,40 mil.

Empresas	Investimento(em R\$ Mil)	Participação da Outorgada (em %)	Negócio
EFLJC	101,56	-	LR
EFLJC	-	-	Maq e Equi Adm
TOTAL	101,56	-	

Captações de recursos: Todos os recursos utilizados nos investimentos realizados da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda., foram de origem própria.

Valor adicionado: Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 5.348,90 mil, representando 49,63% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Anualmente os sócios cotistas se reúnem e deliberam sobre a destinação dos lucros acumulados do exercício anterior. A Assembleia Geral Ordinária ocorre sempre no mês de abril de cada ano e tem contado, nos últimos anos, com a participação de mais de 80% do Capital Social da Empresa.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Empresa era de R\$ 1.022,73 mil, composto por 1.022,73 cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Atendimento aos sócios cotistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Empresa Força e Luz João Cesa Ltda sempre se coloca à disposição para atendimento personalizado aos seus Sócios Cotistas, independente de fazer parte do Grupo Controlador ou não, não importando, também, seu percentual de participação na Sociedade. O atendimento é realizado na sua sede em Siderópolis, preferencialmente após agendamento junto aos Diretores por telefone.

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da Outorgada vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Pelo menos a cada trimestre a Diretoria da Empresa têm se reunido com os Consultores e responsáveis por cada área, a fim de entender o avanço da Regulação Setorial, bem como os caminhos que devem ser norteados para estabelecer prioridade nos investimentos, bem como amortizar os empréstimos realizados para os grandes investimentos dos anos de 2013, 2014 e início de 2015. Tal procedimento tem apresentado resultados surpreendentes, como o recebimento de prêmios de qualidade no atendimento ao seu consumidor, mesmo em tempos de crise.

O planejamento realizado, juntamente com os resultados dos cenários empresariais discutidos trimestralmente, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das ações a serem tomadas para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2017, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos semanalmente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, periodicamente apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, permitindo nossa recertificação.

Recursos humanos: Em 2017 a JOÃO CESA investiu R\$ 4,87 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Na visão da JOÃO CESA, o melhor investimento a ser realizado, é no crescimento de seus colaboradores. Por essa razão, auxilia com um terço do valor da universidade de sua equipe.

Adicionalmente, a EFLJCL concedeu aos seus colaboradores, no exercício de 2017 os seguintes benefícios: a) Auxílio Alimentação: R\$ 90,79 mil; b) Auxílio médico R\$ 59,35 mil; c) Auxílio Transporte: R\$ 1,75 mil; e, d) Seguro de Vida: R\$ 1,31 mil.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a JOÃO CESA vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da Empresa.

Outorgada em números	2017	2016	%
Atendimento	-	-	
Número de consumidores	3.648	3.624	0,66%
Número de empregados	15	15	- %
Número de consumidores por empregado	243	242	0,66%
Número de localidades atendidas	1	1	- %
Número de agências	1	1	- %
Número de postos de atendimento	1	1	- %
Número de postos de arrecadação	5	5	- %
Mercado			
Área de concessão (Km2)	263,00	263,00	- %
Geração própria (GWh)	-	-	- %
Demanda máxima (MWh/h)	4,31	4,19	2,86%
Distribuição direta (GWh)	18,07	17,98	0,50%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	569.412,63	1.891,23	(0,30)%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	509,79	470,83	8,27%
Total (exceto curto prazo)	1.888,17	1.739,82	8,53%
Residencial	532,78	519,77	2,50%
Comercial	530,16	490,39	8,11%
Industrial	474,35	399,16	18,84%
Rural	350,89	330,49	6,17%
Suprimento	-	-	- %
DEC (horas)	1,83	2,76	(33,70)%
População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes)	13,87	13,78	0,67%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	0,02	0,02	- %
FEC (número de interrupções)	3,53	1,71	106,43%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	0,02	0,01	- %
Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	- %
Número de subestações	-	-	- %
Linhas de transmissão (Km)	-	-	- %
Linhas de distribuição (Km)	71,28	70,38	1,28%
Capacidade instalada (MW)	12,55	12,61	(0,48)%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	10.778,50	11.211,02	(3,86)%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	7.042,18	6.990,45	0,74%
Margem operacional do serviço líquida (%)	65,34%	60,38%	4,78%
EBITDA OU LAJIDA	446,21	98,51	352,96%
Lucro líquido (R\$ mil)	263,24	(21,80)	(1307,52)%
Lucro líquido por lote de mil ações	0,26	(0,02)	(1307,52)%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	1.364,23	1.711,42	27,71%
Valor patrimonial do lote de mil ações	1,00	1,00	- %
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	19,30%	(1,27)%	(1045,55)%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	(67,68)%	160,78	(6,05)%
Em moeda nacional (%)	(67,68)%	160,78	(6,05)%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	- %
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários:	3,91	3,82	2,37%
Energia Gerada / Comprada por Funcionário:	952,74	1.058,04	(9,95)%
Energia Gerada / Comprada por Consumidor:	3,92	4,38	(9,95)%
Retorno de ativos por unidade	0,12	0,04	- %



Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos à DEUS, à Diretoria, aos Sócios Cotistas, aos nossos Colaboradores, aos nossos Consultores e Auditores, aos nossos Consumidores e a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da JOÃO CESA, contribuindo para o cumprimento da missão do exercício de 2017 da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.

Siderópolis, 31 de dezembro de 2017.

AAdministração

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Balanco Social dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanco Patrimonial

	Consolidado	
	2017	2016
Ativos		
Ativo Circulante	2.414,14	1.960,07
Caixa e equivalentes de caixa	77,29	164,07
Consumidores	1.027,63	872,17
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	53,07	-
Tributos compensáveis	349,22	148,14
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	12,66	12,24
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	432,04	460,72
Despesas pagas antecipadamente	1,44	0,89
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	460,79	301,84
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	1.806,21	1.859,75
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	4,17	10,06
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	4,33	4,33
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	78,76	78,58
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	-	-
Intangível	1.718,95	1.766,78
Total do ativo	4.220,35	3.819,82

Balanco Patrimonial

	Consolidado	
	2017	2016
Passivo		
Passivo Circulante	2.575,88	2.339,92
Fornecedores	791,84	948,50
Empréstimos, financiamentos e debêntures	187,29	292,24
Obrigações sociais e trabalhistas	140,58	148,05
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	706,93	323,61
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	358,94	243,97
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	209,04	310,62
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	181,26	72,93
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	280,25	411,64
Fornecedores	38,68	74,01
Empréstimos, financiamentos e debêntures	55,27	165,82
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	18,07	1,64
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	168,23	170,17
Total do passivo	2.856,13	2.751,56
Patrimônio líquido	1.364,22	1.068,26
Capital social	1.022,73	990,00
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	341,49	78,26
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	-	-
Sobras à disposição da Assembleia	-	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	1.364,22	1.068,26
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.220,35	3.819,82

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	75,43	399,73
Fornecimento de Energia	11.109,07	11.774,80
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	370,76	500,88
Outros Recebimentos Operacionais	114,72	38,92
Fornecedores - Materiais e Serviços	(734,64)	(691,35)
Fornecedores - Energia Elétrica	(4.691,88)	(4.930,18)
Salários e Encargos Sociais	(1.544,03)	(1.109,40)
Tributos sobre a Receita - Federais	(563,82)	(996,72)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(2.761,05)	(3.001,73)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(218,29)	(1,28)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(995,63)	(1.022,34)
Outras Despesas Operacionais	(9,79)	(161,87)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	40,32	(82,73)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	32,73	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	-	(82,73)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	7,59	35,11
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	115,76	352,11
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(202,54)	(258,26)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	267,37
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(202,54)	(525,63)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(86,78)	93,85
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(86,78)	93,85
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(86,78)	93,85
No início do exercício	164,07	70,22
No fim do exercício	77,29	164,07

O modelo de fluxo de caixa apresentado acima se refere ao fluxo de caixa preparado por meio do método direto, sendo que também é permitida a apresentação do fluxo de caixa preparado por meio do método indireto.

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	"Recursos destinados a aumento de capital"	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(990,00)	-	-	-	(100,06)	-	(1.090,06)
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	21,80	-	21,80
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatória Compulsoria de Imobilizado - VNR	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(990,00)	-	-	-	(78,26)	-	(1.068,26)
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(32,73)	-	-	-	-	-	(32,73)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(263,24)	-	(263,24)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatória Compulsoria de Imobilizado - VNR	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.022,73)	-	-	-	(341,50)	-	(1.364,23)

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2017	2016
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	10.778,50	11.211,02
Fornecimento de energia elétrica	5.774,35	6.723,07
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	4.365,19	3.919,67
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	63,64	44,80
Serviços cobráveis	25,26	21,14
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	399,04	502,34
Outras receitas	151,02	-
	-	-
Tributos	(2.625,46)	(2.921,82)
ICMS	(2.093,42)	(2.283,80)
PIS-PASEP	(95,25)	(112,92)
Cofins	(436,79)	(525,10)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.110,86)	(1.298,75)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(34,46)	(33,64)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(34,46)	(33,64)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(777,99)	(950,10)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(13,36)	(12,31)
Outros encargos	(250,59)	(269,06)
Receita líquida / Ingresso líquido	7.042,18	6.990,45
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(4.465,89)	(4.684,67)
Energia elétrica comprada para revenda	(4.472,02)	(4.684,67)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	6,13	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.576,29	2.305,78
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(2.234,24)	(2.385,19)
Pessoal e administradores	(1.684,78)	(1.619,62)
Material	(49,19)	(72,55)
Serviços de terceiros	(204,46)	(506,31)
Arrendamento e aluguéis	-	-
Seguros	(2,67)	(2,50)
Doações, contribuições e subvenções	(25,36)	(21,41)
Provisões	(13,56)	(16,30)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	14,42	13,72
Tributos	(10,28)	(8,01)
Depreciação e amortização	(119,87)	(117,58)
Despesas de Construção	(151,02)	-
Gastos diversos	(99,55)	(102,65)
Outras Receitas Operacionais	120,43	84,82
Outras Despesas Operacionais	(8,35)	(16,80)

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2017	2016
Resultado da Atividade	342,05	(79,41)
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	(22,92)	57,61
Despesas financeiras	(164,06)	(224,93)
Receitas financeiras	141,14	282,54
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	319,13	(21,80)
Despesa com impostos sobre os lucros	(55,89)	-
Resultado líquido das operações em continuidade	263,24	(21,80)
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	263,24	(21,80)
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	0,26	(0,02)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,26	(0,02)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2017	2016
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:	-	-
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: Em nosso Balanço Patrimonial Societário não há outros resultados abrangentes

**Notas
Explicativas
Societárias**

1 - Contexto Operacional

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda - EFLJCL é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, em qualquer de suas formas, principalmente a Elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Concessionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas privadas e/ou públicas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a Legislação aplicável.

2 - Das Concessões

A JOÃO CESA detém concessão válida até Julho de 2045, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica no Município de Siderópolis, Estado de Santa Catarina, conforme Contrato de Concessão nº 26/99, assinado em 30.03.1999 e renovado em 09/12/2015.

Atualmente (base Dezembro/2017), atende a 84,63% dos consumidores urbanos e somente 0,27% dos consumidores rurais do Município.

O restante da População é atualmente atendido pela Cooperativa de Eletrificação Rural de Treviso Ltda. – CERTREL e pela CELESC, conforme demonstrado no quadro abaixo:

População estimada 2015 (IBGE – Contagem Estimada 2017), 13.870 habitantes

EMPRESA	CONSUMIDORES URBANOS	CONSUMIDORES RURAIS
JOÃO CESA	3.652,00	4,00
CERTREL	662,00	1.500,00
CELESC	1,00	-
TOTAL DE CONSUMIDORES	4.315,00	1.504,00
% JOÃO CESA	84,63%	0,27%

Atualmente a JOÃO CESA não atende a nenhum Consumidor Livre fora de sua área de atuação, porém, conecta 2 consumidores livres especiais que operam no Mercado Livre de Energia.

A Área de Concessão da JOÃO CESA abrange todo o município de Siderópolis, num total de 263 km². No entanto, após a deliberação da ANEEL sobre o atendimento da Cooperativa de Eletrificação Rural de Treviso - CERTREL, definindo a poligonal desta Cooperativa por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 269 de 19 de dezembro de 2005, nossa Área de Concessão ficou reduzida a 76 km². Nesta área já bastante reduzida, ainda existe o atendimento em processo de regularização da CERTREL nas localidades do Montanhão, Nossa Senhora da Saúde, São Geraldo, Santa Luzia e Rio Albina.

O Ativo Financeiro da Concessão está registrado no presente Balanço no "Não Circulante", apresentando em 2017, R\$/Mil 78,77.

3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 605/2014, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Empresa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2009 (balanço de abertura) para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e, 4.356/2017.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 3.134,77 mil (R\$ 3.085,85 mil em 2016) e para Ativos Financeiros de R\$ 78,77 mil (R\$ 78,58 mil em 2016).

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;

2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a Empresa Força e Luz João Cesa Ltda, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Os valores acima citados foram reconhecidos sob a rubrica "Ativos Financeiros Setoriais" e "Passivos Financeiros Setoriais".

4 - Principais Práticas Contábeis

. Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o Fornecimento de Energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2017, contabilizado com base no Regime de Competência.

. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está reconhecido, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber, e, de acordo com as Instruções contidas no MCSE.

. Estoque (inclusive do Ativo Imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a Investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição, também controlados pelo custo médio.

. Investimentos

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda sempre destinou todos os seus recursos para seu Ativo Imobilizado, não possuindo assim, outros investimentos não vinculados ao objeto de sua Concessão.

. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIACÃO.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

. Imposto de renda diferido

A João Cesa não diferiu nenhum Imposto de Renda no exercício de 2017 e anteriores.

. Plano de complementação de aposentadoria e pensão

Não houve, no exercício de 2017, nenhum custo associado a um eventual plano de aposentadoria e pensão.

. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo Regime de Competência.

. Outros direitos e obrigações

Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulante (Longo Prazo) estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. Estrutura das demonstrações contábeis

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento no 2.775/2008 – SFF/ANEEL, no 0127/2009 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que a partir do exercício de 2012 a SFF/ANEEL novamente determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, deverão também ser auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em volume separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de:

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Liquido Fiscal, expresso na Nota N 44.

5 - Aplica es no Mercado Aberto e Títulos e Valores Mobiliários

Em 31/12/2017, possuímos 17,28 R\$/Mil aplicados, conforme abaixo:

Institui�o Financeira	Tipo de Aplica�o	Vencimento	Remunera�o	Legisla�o societária	
				2016	2016
CEF - Caixa FIC Giro Empresas	RENDA FIXA	Indeterminado	93% do CDI	12,95	133,14
Título SICOOB	RENDA VARIÁVEL	Indeterminado	4,67% a.a.	4,33	4,33
Total				17,28	137,47

6 - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2017 e 2016, estão assim alencados, a seguir:

Consumidores	Legisla�o societária	
	2017	2016
Faturados	9.586,16	10.578,11
Não faturados	84,19	147,36
Sub total	9.670,35	10.725,47
Concessionárias e Permissionárias	-	-
Comercializa�o no âmbito do CCEE	485,62	238,51
Sub total	485,62	238,51
Total	10.155,97	10.963,98

Obs: não contempla o quadro acima os valores de consumo próprio na ordem de R\$ 13,43 Mil em 2017 e R\$ 13,44 Mil em 2016.

Composição das Contas a Receber

					Legislação societária			
					Provisão de Creditos para liquidação duvidosa		Saldo	
Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Vencidos	Vencidos	Vencidos	Total	2017	2016	2017	2016
		até	há mais de					
		90 dias	90 dias					
Residencial	40,89	161,80	38,11	240,81	(36,59)	(18,90)	204,21	171,49
Industrial	0,69	30,24	26,43	57,36	(19,95)	(11,83)	37,41	33,81
Comércio, Serviços e Outras Atividades	4,80	49,23	12,82	66,85	(11,02)	(7,99)	55,83	52,49
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-
Poder Público	-	0,59	-	0,59			0,59	1,08
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	-	0,59	-	0,59	-	-	0,59	1,08
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	-
Renda não Faturada	678,47	-	-	678,47	-	-	678,47	576,27
Atualização Regime Competência	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargo a Recuperar na Tarifa	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal - Consumidores	724,86	241,86	77,36	1044,08	(67,57)	(38,72)	976,51	835,14
Concessionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização no MAE:	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessionárias/permissionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	724,86	241,86	77,36	1044,08	(67,57)	(38,72)	976,51	835,14

Obs.: Valores deste demonstrativo foram formados por: Consumo+Demanda+ICMS+Energia Reativa Excedente+PIS+COFINS+ Banderira, não sendo incluídas as receitas diversas, serviços taxados e juros e multa (Inclusive na PCLD).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme MCSPEE, sendo:

- a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
- b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias e
- c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencida a mais de 360 dias.

7- IMOBILIZADO

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação societária	
	2017	2016
Em Serviço Societário	-	-
Em Curso Societário	-	-
Ativo Financ. da Concessão	78,77	78,58
Ativo Intangível da Concessão	1.652,12	1.695,16
Ativo Intangível em Curso	66,82	71,62
Reavaliação Regulatória Compulsória	629,18	685,46
Total	2.426,89	2.530,82
Ativo Imobilizado Societário	0,00	-
Ativo Imob. Regulatório	2.426,89	2.530,82

A partir de 2010, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

• Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro do prazo da concessão do serviços publico conforme abaixo

	Custo	Depreciação e/ou amortização acumulada	Valor Líquido 2017	Valor Líquido 2016
Intangíveis				
Em serviço	3.134,76	(1.482,64)	1.652,12	1.695,16
Em curso	66,82	-	66,82	71,62
Total	3.201,58	(1.482,64)	1.718,94	1.766,78

OBS: O valor acima não contempla a Reavaliação Regulatória Compulsória.

8 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Em 31 de Dezembro de 2017, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, de recebimento líquido e certo, quer seja via tarifa, quer seja via indenização ao final da concessão, somam:

Ativo Financeiro Setorial:

	2017	2016
Total CVA (Conta de Compensação da Parcela "A")	140,88	135,56
CVA - Energia Comprada - 2014/2015	-	0,19
CVA - Energia Comprada - 2016/2017	74,78	82,24
CVA - Energia Comprada - 2017 2018	50,67	-
CVA - Energia Comprada - Perdas Não Técnicas 2016/2017	1,15	-
CVA - Energia Comprada - Perdas Técnicas 2016/2017	4,66	-
CVA Proinfa 2014/2015	-	0,28
CVA - PROINFA 2015/2016	0,17	22,63
CVA CDE - 2015/2016	8,25	30,22
CVA CDE - 2017/2018	1,18	-
Total Neutralidade	68,41	125,25
CDE ACR - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2016/2017	53,35	46,48
CDE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2016/2017	-	61,29
ENERG REQ SEM PERDAS - Neutralidade da Parcela A - Ciclo 2016/2017	8,06	-
Perdas Técnicas - Neutralidade da Parcela A - Ciclo 2016/2017	1,05	-
CDE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2017/2018	0,33	-
CDE ACR - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2017/2018	4,78	-
PROINFA - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2016/2017	-	16,54
PROINFA - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2017/2018	0,07	-
TFSEE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2016/2017	-	0,94
TFSEE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2017/2018	0,11	-
OUTRAS - Neutralidades	0,67	-
Total Item Financeiro	222,75	199,91
Item Financeiro - PIS/Consumo	1,69	0,95
Item Financeiro - COFINS/Consumo	7,54	2,15
Desconto Provisório Cons. Espec.	207,11	175,39
Financeiro Reversão de Angra III - Res 2297	6,41	-
Reversão de Delta Passivo Apurado a Maior - CVA CDE 2015/2016	-	17,77
Reversão de Fin. por Postergação - Componente TE RES 2130	-	3,65
TOTAL - ATIVO FINANCEIRO SETORIAL	432,04	460,72

Passivo Financeiro Setorial:

	2017	2016
Total CVA (Conta de Compensação da Parcela "A")	(157,05)	(141,20)
CVA ENERG 2015 2016	(27,27)	(72,92)
CVA ENERG 2015 2016 - Perdas não Técnicas	(0,37)	-
CVA ENERG 2015 2016 - Perdas Técnicas	(1,48)	-
CVA PROINFA - 2016/2017	(3,78)	(0,73)
CVA PROINFA - 2017/2018	(1,51)	0,00
CVA CDE 2014/2015	-	(8,44)
CVA CDE 2016/2017	(80,88)	(59,11)
CVA CDE 2017 2018	(17,67)	-
CVA CDE ENERG ACR - 2017/2018	(24,10)	-
Total Neutralidade	(23,63)	(4,91)
TFSEE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2015 2016	-	(0,01)
TFSEE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2016 2017	(0,01)	-
CDE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2015 2016	-	(3,06)
CDE_Neutralidade Parcela A - Ciclo 2016 2017	(2,17)	-
CDE_Neutralidade Parcela A - Ciclo 2017 2018	(0,39)	-
CDE_ACR - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2015 2016	-	(1,48)
PROINFA - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2015 2016	-	(0,36)
PROINFA_Neutralidade Parcela A - Ciclo 2016 2017	(0,56)	-
Perdas não Técnicas - Neutralidade da Parcela A - Ciclo 2016 2017	(0,19)	-
EUSD - Neutralidade da Parcela A - Ciclo 2016 2017	(20,17)	-
PROINFA Neutralidade Parcela A - Ciclo 2017 2018	(0,14)	-
Total Item Financeiro	(28,36)	(164,51)
Bandeira Tarifaria - Credora	(0,03)	-
Item Financeiro Ajuste Angra III RES 2297	(27,02)	-
Financeiro de Reversão RTE - Energia RES 2130	-	(61,52)
Financeiro de Reversão RTE - CDE Uso RES 2130	-	(78,73)
Reversão de Financeiros por Postergação - Componente TUSD - RES 2130	-	(9,86)
Financeiro - Reversão de Receita Conselho de Consumidores RES 2130	-	(14,40)
Item Financeiro RGR Residual - 2013	(1,31)	-
TOTAL - PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL	(209,04)	(310,62)

9 - Fornecedores

Legislação societária

	2017	2016
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A	681,49	827,56
PROINFA	11,29	10,92
Sub Total	692,78	838,48
Fornecedores de energia elétrica – CCEE	-	-
Materiais e serviços	99,06	184,03
Sub Total	99,06	184,03
Total	791,84	1.022,51

10 - Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos possuíam os seguintes saldo em Dez/2017

	Legislação Societária					
	Circulante		Longo Prazo		Total	
	Principal	Encargos	Principal	Juros	2017	2016
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-
(...)						
Sub Total	-	-	-	-	-	-
Moeda Nacional						
Banco nacional de Desenvolvimento -BNDS	-	-	-	-	-	36,92
Caixa Economica Federal - CEF	76,75	33,80	38,38	16,90	165,82	335,06
BESC - Banco do Estado de Santa Catarina S/A /BB - Limite Conta Garantida	76,74	-	-	-	76,74	86,08
Total	153,49	33,80	38,38	16,90	242,56	458,06

Detalhamento do Empréstimo ou financiamento:

Em Anos Anteriores foram contraidos os seguintes financiamentos de longo prazo, cujo saldo em Dez 2017 esta abaixo detalhado:

	Contratado			Em aberto/2017		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Banco Caixa Economica Federal						
CEF - GIRO	307,00	135,19	442,19	115,13	50,70	165,82
Sub total Total	307,00	135,19	442,19	115,13	50,70	165,82
Total	307,00	135,19	442,19	115,13	50,70	165,82

Em 2017 não foi contratado nenhum financiamento, exceto o de curtissimo prazo "conta garantida", no BESC

	Contratado			Em aberto/2017		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Conta Garantida BESC	76,74	-	76,74	86,08	-	86,08
Total	76,74	-	76,74	86,08	-	86,08

Composição dos Empréstimos e Financiamentos por tipo de Moeda ou Indexador

Moeda (Equivalente em R\$) / Indexador	Legislação Societaria			
	2017	%	2016	%
Moeda Estrangeira				
Dólar Norte Americano	-	-	-	-
Yen japonês	-	-	-	-
Cesta de Moedas	-	-	-	-
Moeda Nacional				
TR	0,86%	100%	0,86%	
URBNDES e TJLP	-	-	-	
IGP-M	-	-	-	
UFIR	-	-	-	
	0,86%	100%	0,86%	

Vencimentos das Parcelas a Longo Prazo:

2019	55,27
2020	-
2021	-
2022	-
2023	-
2024	-
2025	-
Após 2025	-
Total	55,27

	Legislação Societaria			
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	CP	LP	CP	LP
Mutação de Empréstimos e Financiamentos				
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	325,93	371,98	-	-
Ingressos	86,08	-	-	-
Encargos	-	-	-	-
Varição monetaria e cambial	-	-	-	-
Transferencia	206,16	(206,16)	-	-
Amortizações	(325,93)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	292,24	165,82	-	-
Ingressos	76,74	-	-	-
Encargos	-	-	-	-
Varição monetaria e cambial	-	-	-	-
Transferencia	110,55	(110,55)	-	-
Ajustes saldo negativo	-	-	-	-
Amortizações	(292,24)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	187,29	55,27	-	-

11 - Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente exercícios 2017 e 2016.

	2017	2016
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	-
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	-	-
Cota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-
Outros Encargos (CCC – Sist. Isolado 0,3%)	-	-
Cota de Desenvolvimento Energético – CDE	777,99	950,10
Taxa de Fiscalização – ANEEL	13,36	12,31
Programa de Eficiência Energética – PEE	34,46	33,64
Programa de P&D	34,46	33,64
Outros - Bandeiras Tarifárias	250,59	269,06
Total	1.110,85	1.298,75

12 - Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

O único tributo e/ou contribuição social de longo prazo (Não Circulante) a compensar que possuímos é o ICMS SOBRE NOTAS FISCAIS DE IMOBILIZADO, compensáveis em 48 avos, cujos valores são: Longo Prazo: R\$/mil 4,17 Curto Prazo, R\$/mil 5,90, totalizando R\$ 10,07 mil.

Não possuímos tributos e Contribuição Social a pagar em nosso Passivo Não Circulante (Longo Prazo).

13 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não possuíamos nenhum imposto de renda ou contribuição social diferidos.

14 - Provisões para Contingências

Não houve neste exercício e anterior nenhuma contingência a ser provisionada, e nenhum saldo anterior a ser demonstrado. Por essa razão, justificamos a ausência do quadro demonstrativo.

15 - Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 1.022.730,89 (Um milhão e vinte e dois Mil, setecentos e trinta Reais e oitenta e nove centavos), composto por 1.022.730 (Um milhão e vinte e dois Mil, setecentos e trinta) cotas, sendo as mesmas de responsabilidade limitada valendo R\$ 1,00 (Um Real) cada, distribuída em 13 (Treze) cotistas, conforme segue:

Acionistas	Cotas	%
Espolio Victor Cesa	774,62	75,74%
Helena Amália Frassetto	102,34	10,01%
Inocente Frassetto	45,91	4,49%
Angelica Feltrin Cesa	42,95	4,20%
Edson de Silvestre	15,44	1,51%
Daniel Paulino de Araujo	15,44	1,51%
Alda Feltrin Patel	5,42	0,53%
Vilson Moacir Cesa	5,11	0,50%
Epolio Lírio Cesa	5,11	0,50%
Mário Jerônimo Cesa	5,11	0,50%
Jorge Henrique Cesa	1,74	0,17%
Fátima Raquel Cesa Pereira	1,74	0,17%
Hélio Roberto Cesa	1,74	0,17%
Total	1.022,73	100,00%

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	2017	2016
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras - Efeitos IFRS	-	-
Total	-	-

Reservas de Lucros

	2017	2016
Reserva legal	-	-
Lucros a realizar	-	-
Reserva para investimentos	-	-
Sub Total	-	-
Lucros Acumulados a disposição da AGO	341,50	78,26
Sub Total	341,50	78,26
Total Patrimonio Líquido	1.364,23	1.068,26

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o Exercício de 2017 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16 - Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Não houve Juros sobre o Capital Próprio e distribuição de dividendos no exercício de 2017.

17 - Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	nº de Consumidores		MWh		Reais Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Consumidores						
Residencial	3.116,00	3.082,00	6.832,95	6.853,81	4.816,21	4.757,29
Industrial	377,00	379,00	2.994,86	3.099,27	1.711,77	2.844,06
Comercial	109,00	114,00	2.384,72	3.986,08	2.359,07	2.334,82
Rural	4,00	4,00	12,86	11,58	5,75	4,89
Poder público	41,00	40,00	539,42	528,02	411,19	380,73
Iluminação pública	1,00	1,00	650,01	627,63	282,17	256,32
Serviço público	-	-	-	-	-	-
Consumo próprio	2,00	2,00	-	-	13,43	12,26
Sob total	3.650,00	3.622,00	13.414,82	15.106,39	9.599,59	10.590,37
Revendedores						
Suprimento	-	-	-	-	-	-
Suprimento - curto prazo	-	-	-	-	-	-
Sob total	-	-	-	-	-	-
Total	3.650,00	3.622,00	13.414,82	15.106,39	9.599,59	10.590,37

OBS.: O Valor expresso em R\$/Mil foi formado por Consumo +Demanda+Energia Reativa Excedente+ICMS+PIS+COFINS+BandeirasSalientamos que o classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Obs: O valor acima não inclui a receita com conexão aos Consumidores Livres presentes em nossa Área de Concessão, que somaram neste ano R\$ 467,61 mil.

18 - Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2016 e 2017 a Concessionária Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não efetuou comercialização de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

19 - Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Reais Mil	
	2017	2016	2017	2016
CELESC Distribuição S.A.	13.241	14.912	4.334,11	4.546,40
PROINFA	352	422	131,78	138,27
Total	13.593	15.334	4.465,89	4.684,67

Os valores acima são líquidos de efeito dos Itens Financeiros Tarifários.

20 - Despesas Operacionais

	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Pessoal			-			
Remunerações	-	-	822,72	852,10	-	-
Encargos sociais	-	-	303,05	300,50	-	-
Auxílio alimentação	-	-	90,79	77,93	-	-
Indenizações (Rescisões)	-	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências para imobilização em curso	-	-	(35,39)	(55,40)	-	-
Auxílio Estudante	-	-	7,99	7,80	-	-
Outros Benefícios	-	-	104,31	59,11	-	-
Total Pessoal	-	-	1.293,46	1.242,04	-	-
Material	-	-	49,19	72,55	-	-
Serviços de Terceiros	-	-	204,46	506,31	-	-
Arrendamentos e Aluguéis	-	-	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	-	-	119,87	117,58	-	-
Provisões	-	-	13,56	16,30	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Energia Comprada para Revenda	-	-	4.334,11	4.546,40	-	-
PROINFA	-	-	131,78	138,27	-	-
Taxa de Fiscalização	-	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	10,28	8,01	-	-
Despesas de Construção	-	-	151,02	-	-	-
Outras	-	-	504,48	490,41	-	-
Total Outras	-	-	5.131,67	5.183,09	-	-
Total Geral			6.812,22	7.137,88	-	-

21 - Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no Resultado e no Imobilizado em Curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil no 6.3.6.2.d do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM no 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Legislação societária					2017	2016
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		
Encargos financeiros totais	-	-	164,06	-	-	164,06	224,93
(-) Transferências para imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-	-
Líquido apropriado no exercício	-	-	164,06	-	-	164,06	224,93
Efeitos inflacionários e cambiais totais	-	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências para imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-	-
Líquido apropriado no exercício	-	-	164,06	-	-	164,06	224,93

22 - Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para o cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a Contribuição Social, é demonstrada a seguir:

	Legislação societária	
	2017	2016
Lucro / (Prejuízo) - Reg	265,25	(62,77)
Ajuste IFRS/ANEEL	53,88	40,97
Lucro / (Prejuízo) - Societario	319,13	(21,80)
Ajuste LALUR	13,56	20,23
Dedução de Prejuízo de Exerc. Anteriores (Parte B LALUR)	(99,81)	-
Lucro / (Prejuízo) - Fiscal	232,88	(1,57)
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	55,89	-
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a COFINS	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	55,89	-

23 - Participação nos Resultados

A João Cesa tem implantado o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme acordo de metas operacionais e financeiros previamente estabelecido com os mesmos. No Exercício de 2017 não foram distribuídos valores a título de participação nos Resultados devido a empresa apresentar prejuízo no exercício anterior .

24 - Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Foram fornecidos aos empregados da João Cesa em 2017, benefícios tais como Auxílio Estudante, Auxílio Transporte, Auxílio Refeição, Auxílio Médico, Seguro de Vida e Treinamento Profissional, onde foi investido o valor total, em 2017, de R\$ 158,07 (Reais/Mil), enquanto que, em 2016, o valor investido foi de R\$ R\$ 140,22 (Reais/Mil)

25 - Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2016 e 2017. A título de remuneração da diretoria "chave – administrativa", foram pagos durante o exercício:

	2017	2016
Remuneração	309,13	299,48
INSS - Parte Empresa	61,83	59,90
Outros Benefícios	20,36	18,20
Total	391,32	377,58

26 - Instrumentos financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2017 e 2016, exceção feita a aplicações a curtíssimo prazo devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil, e está devidamente demonstrada na nota N°5.

27- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não participou do programa REFIS nos exercícios de 2016 e 2017, uma vez que não houveram dívidas não quitadas junto.à Receita Federal.

28 - Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Vida	01/01/2017 a 31/12/2018	170,00	0,12
Veiculos	05/04/2017 a 05/04/2018	34,28	1,49
Escritório	10/11/2017 a 10/11/2018	1105,00	1,12
Predio Almox	10/11/2017 a 10/11/2018	267,00	0,49

Equipamentos nomeados:

Na apólice Contratada junto a Azul , para o veículo : 01 Fiat linea 1.8 - 16V O seguro cobre Danos Matérias, Danos Corporais, Dano Morais, APP por Morte e Invalidez.

Na apólice da Caixa Seguro de Vida Empresarial contratamos as seguintes coberturas:Morte por causas naturais e acidentais, invalidez permanente total ou parcial por acidente, doenças graves e indenização especial por morte acidental.

Na apólice da Sompo Seguro Empresarial para o escritorio e predio almox central contratamos as seguintes coberturas:Incendio, raios, explosão, implosão, impacto de veiculo ou aeronaves, vendaval.

29 - Eventos Subsequentes

29.1 - Área de Concessão:

A Área de Concessão da JOÃO CESA abrange todo o município de Siderópolis, num total de 263 km². No entanto, após a deliberação da ANEEL sobre o atendimento da Cooperativa de Eletrificação Rural de Treviso - CERTREL, definindo a poligonal desta Cooperativa por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 269 de 19 de dezembro de 2005, nossa Área de Concessão ficou reduzida a 76 km². Nesta área já bastante reduzida, ainda existe o atendimento em processo de regularização da CERTREL nas localidades do Montanhão, Nossa Senhora da Saúde, São Geraldo, Santa Luzia, Rio Albina e Rio kuntz.

Nossa Diretoria segue as conversações junto a CERTREL afim de chegar-se a um acordo de cronograma e área a ser transferida para a nossa Empresa.

29.2 - Alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - fato relevante

Ao assinar a renovação da Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os próximos 5 anos, a EFLJCL se comprometeu junto ao Poder Concedente à cumprir metas de equilíbrio que pudessem ser mensuradas através de índices regulatórios:

Para o ano de 2017 o LAJIDA (ou EBTIDA) calculado pelos parâmetros Regulatórios ficou maior do que zero.

Com satisfação anunciamos que nosso LAJIDA Regulatório de 2017 ficou em: R\$/mil 461,92 positivo. A EFLJCL monitora continuamente os índices de sua gestão, e, por esse motivo, enfrenta com empenho este evento subsequente de 2018, para que o presente objetivo seja novamente alcançado.

29.3) Índices de Continuidade e Frequência (DECi/FECi)

A Exemplo dos índices econômicos e financeiros destacados acima, o Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, determina o cumprimento dos índices de continuidade e qualidade de Energia Distribuída (DECi/FECi).

Para o exercício de 2017, os índices máximos eram DECi: 9,80 e FECi 7,54. Com satisfação informamos que os mesmos não foram ultrapassados, demonstrando que a EFLJCL cumpriu seu papel na qualidade de energia a seus consumidores.: Nossos índices ficaram em: DECi 1,66 e FECi 1,53.

Para 2018, os índices determinados serão: 9,20 (DECi) e 7,03 (FECi). Trabalhamos continuamente na renovação tecnológica de nossas redes para que essas metas possam novamente ser cumpridas no ano que se inicia.

30 - Balanço Social

Responsabilidade Social:

A Empresa Força e Luz João Cesa tem plena consciência de que o respeito à comunidade e ao meio ambiente se constituem em pilares básicos para o bom convívio com a sociedade na qual se encontra inserida. Desta forma, busca agir proativamente em todas as situações que envolvem o aspecto social, participando sempre como apoiadora das festividades regionais e de eventos de cunho filantrópico. Ao mesmo tempo em que utiliza papel oriundo do bagaço de cana de açúcar nas suas atividades diárias, a Empresa busca disseminar entre seus funcionários de forma prática a cultura do bom relacionamento com o meio ambiente, tornando-os propagadores de idéias simples que possibilitam um desenvolvimento sustentável.

Em mais uma atitude original neste sentido, uma grande parte da mobília do escritório foi remodelada, utilizando-se exclusivamente material oriundo de sucata de cruzetas antigas, substituídas como parte da modernização da rede de distribuição. Com ações desta natureza, objetivamos retribuir a confiança depositada na Empresa pela comunidade, observando sempre os preceitos éticos de respeito ao próximo e as leis naturais de preservação do meio do qual vivemos.

Recursos Humanos:

Investimento na área de recursos humanos é de fundamental importância para o crescimento e evolução de uma Empresa. Foi com foco neste pensamento que no decorrer do exercício de 2017 objetivamos continuar enriquecendo nosso capital humano por meio de treinamentos específicos que contribuíram de forma significativa tanto para o aumento da qualidade dos serviços prestados como da satisfação de nossos clientes e dos nossos colaboradores.

Educação:

Com a idéia de continuar investindo cada vez mais na qualificação e capacitação de nossos colaboradores, buscamos manter ações de incentivo ao crescimento profissional tanto por meio do custeio de 1/3 da mensalidade de ensino superior ou profissionalizante, como também por prover condições e recursos necessários para a participação de colaboradores em treinamentos, eventos e congressos.

Plano de Saúde:

A saúde e o bem-estar de nossos colaboradores também tem sido nossa preocupação, por esta razão mantemos com a Cooperativa de Trabalho Médico – UNIMED, um contrato de prestação de serviços de assistência médica hospitalar, proporcionando dessa forma um atendimento médico com qualidade e rapidez. Além disso, procuramos realizar regularmente os exames médicos periódicos necessários para garantir a manutenção da boa saúde.

Seguro de Vida:

Todos os nossos colaboradores possuem cobertura de Seguro de Vida em Grupo efetivado junto Caixa Econômica Federal. Com isso visamos minimizar os danos causados por morte, acidentes ou invalidez.

Tarifa Social de Energia Elétrica:

Tarifa Social de Energia Elétrica - A EFLJC aplica a TSEE para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda, conforme estabelecido pela Portaria 437, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e regulamentada pela Lei nº. 10.438 de dezembro de 2002. Com a aplicação da TSEE, consumidores de menor poder aquisitivo são beneficiados com descontos incidentes sobre a tarifa de energia elétrica, concedidos segundo os critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº. 414 de 24/09/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os descontos são aplicados de modo cumulativo, conforme indicado a seguir: I - para a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 30 (trinta) kWh/mês, o desconto será de 65% (sessenta e cinco por cento); II - para a parcela do consumo compreendida entre 31 (trinta e um) kWh/mês e 100 (cem) kWh/mês, o desconto será de 40% (quarenta por cento); III - para a parcela do consumo compreendida entre 101 (cento e um) kWh/mês e 220 (duzentos e vinte) kWh/mês, o desconto será de 10% (dez por cento); IV - para a parcela do consumo superior a 220 (duzentos e vinte) kWh/mês, não haverá desconto. A TSEE é aplicável às unidades consumidoras classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda que atendam as seguintes condições: I - seus moradores pertençam a uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou II - tenham entre seus moradores quem receba o benefício de prestação continuada da assistência social, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Excepcionalmente, também pode ser beneficiada com a Tarifa Social de Energia Elétrica a unidade consumidora habitada por família inscrita no Cadastro Único e com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha entre seus membros portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente que requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos para o seu funcionamento.

	2017			2016		
1 - Base de cálculo						
			R\$ mil			R\$ mil
Receita Líquida (RL)			7.042,18			6.990,45
Lucro Operacional (LO)			342,05			(79,41)
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			1.684,78			1.619,62
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	102,16	6,06%	1,45%	87,70	5,41%	1,25%
Encargos sociais compulsórios	364,87	21,66%	5,18%	360,40	22,25%	5,16%
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	68,34	4,06%	0,97%	57,94	3,58%	0,83%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	-	-	-	-	-	-
Educação - Auxílio educação	4,87	0,29%	0,07%	7,80	0,48%	0,11%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	-	-	2,00	0,12%	0,03%
Auxílio creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	-	-	-	-
Vale-transporte	1,75	-	0,02%	1,61	0,10%	0,02%
Total	542,00	32,17%	7,70%	517,44	31,95%	7,40%
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	-	-	-	-	-	-
Habitação - Reassentamento de famílias	-	-	-	-	-	-
Esporte e lazer	-	-	-	-	-	-
Doações e contribuições	26,29	7,69%	0,37%	21,41	(26,96)%	0,31%
Total de contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos - excluídos encargos sociais	2.635,74	770,57%	37,43%	2.929,84	(3.689,51)%	41,91%
Total	2.662,03	778,26%	37,80%	2.951,25	(3.716,47)%	42,22%
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	-	-	-	-	-	-
Estação ecológica - Fauna / Flora	-	-	-	-	-	-
Relacionamento com a operação da empresa	-	-	-	-	-	-
Programa Social de Eletricidade Rural	-	-	-	-	-	-
Rede Compacta ou Linha Verde	-	-	-	-	-	-
Programa de Eletrificação para População Carente (PEE)	-	-	-	-	-	-
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (P&D)	-	-	-	-	-	-
Museu Ecológico	-	-	-	-	-	-
Universidade Livre do Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-
Programas especiais / Projetos externos	-	-	-	-	-	-
Material de Expediente Ecológico	1,57	0,46%	0,02%	1,63	(2,06)%	0,02%
Total	1,57	0,46%	0,02%	1,63	(2,06)%	0,02%

	2017	2016
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	15,00	15,00
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	5,00	4,00
2o grau	8,00	9,00
1o grau	2,00	2,00
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	6,00	7,00
De 30 até 45 anos (exclusive)	5,00	4,00
Acima de 45 anos	4,00	4,00
Admissões durante o período	-	-
Mulheres que trabalham na empresa	3,00	3,00
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao no total de mulheres	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao no total de gerentes	-	-
Negros que trabalham na empresa	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao no total de negros	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao no total de gerentes	-	-
Portadores de deficiência física	-	-
Dependentes	15,00	12,00
Estagiários	-	-
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	11,75	10,02
Maior Remuneração	12,56	12,93
Menor Remuneração	1,07	1,29
Acidentes de trabalho	-	-

31 - Análise Econômica Financeira

31.1 - Informações Gerais

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição no exercício de 2017 foi de R\$ 7.042,18 e no exercício de 2016 foi R\$6.990,45. Embora a variação positiva da Receita Operacional Líquida da Distribuição tenha sido bastante pequena, nossa JOÃO CESA conseguiu se equilibrar Econômico e Financeiramente, figurar entre as melhores Empresas do País no que diz respeito aos índices setoriais de qualidade e continuidade, bem como realizar os investimentos necessários em suas redes, bem como cumprir as metas de equilíbrio estipuladas em seu Contrato de Concessão. Neste contexto demonstramos:

Número de Consumidores – O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 foi de 3.624, já em 2017, foi de 3.652 consumidores.

Despesas com Pessoal – As despesas com pessoal anual decorrente do exercício de 2016, importou em R\$ 1.293,46 mil e no Exercício de 2017 foi de R\$ 1.242,04 mil.

Despesas Administrativas e Gerais – As Despesas Administrativas e Gerais no Exercício de 2016 foi de R\$ 1.258,62 mil e no Exercício de 2017 foi de R\$ 1.104,19 mil.

Despesas Financeiras - As Despesas Financeiras no exercício de 2016, importaram em RR\$ (224,93) mil e, no Exercício de 2017 foram de R\$ (164,06) mil.

Receitas Financeiras – As Receitas Financeiras no exercício de 2016 importaram em R\$ 282,54 mil e no Exercício de 2016 foram de R\$141,14 mil.

31.2 - Análise Econômico-Financeira

COEFICIENTES		FÓRMULA	UNIDADE	2017	2016
1. LIQUIDEZ					
	Corrente ou Comum	AC/PC	R\$	0,94	0,84
	Seca	(AC-E)/PC	R\$	0,93	0,83
	Absoluta	AD/PC	R\$	0,02	0,01
	Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	R\$	1,48	1,39
2. LUCRATIVIDADE					
	Bruta s/ Vendas	(LB/VB) x 100	%	2,96	0,19
	Operacional s/ Vendas	(LO/VB) x 100	%	3,17	(0,71)
	Líquida s/ Vendas	(LL/VB) x 100	%	0,02	-
	Líquida s/ Capital	(LL/CS) x 100	%	0,26	(0,02)
	Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL/PL) x 100	%	19,30	(2,04)
3. RENTABILIDADE					
	Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL/AT) x 100	%	6,24	(0,57)
4. ENDIVIDAMENTO					
	Recursos de terceiros no Investimento	[(PC+ELP-ADC)/AT] x 100	%	67,68	72,03
	Recursos Próprios no Investimento	[(PL+REF+ADC)/AT] x 100	%	32,32	27,97
5. INVESTIMENTOS					
	Capital Fixo Aplicado	(AP/AT) x 100	%	-	-
	Capital de Risco Aplicado	[(AC+RLP)/AT] x 100	%	100,00	100,00
6. GARANTIAS					
	Reais s/ Capital	(IM/CS) x 100	%	-	-
	Totais s/ Capital	(AP/CS) x 100	%	-	-
7. CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO					
		(AC-PC)/1.000	R\$	(1,62)	(3,80)

DADOS BÁSICOS E SIGLAS PARA ANÁLISE ACIMA

AC	ATIVO CIRCULANTE	PC	PASSIVO CIRCULANTE
AD	ATIVO DISPONÍVEL	ELP	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
E	ESTOQUE	REF	RESULT.EXERC. FUTUROS
RLP	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	PL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
AP	ATIVO PERMANENTE	CS	CAPITAL INTEGRALIZADO
AT	ATIVO TOTAL	ADC	ADTO.P/AUMENTO CAPITAL
IM	IMOBILIZADO EM SERVIÇO	VB	VENDAS BRUTAS
LB	LUCRO BRUTO	DEP	DESP. EQUIV. PATRIMONAL
LO	LUCRO OPERACIONAL	REP	RECEITAS EQUIV. PATRIM.
LL	LUCRO LÍQUIDO	DD	DESP. DEPRECIAÇÃO
CMB	CORR. MONET. BALANÇO	LE	LL+DEP+REP+DD+/-CMB

Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com fórmulas padrão de finanças e análise financeira.

32 - Créditos e Débitos Fiscais

Encerramos o exercício somente controlando os impostos antecipados e compensáveis na declaração. Com relação ao ICMS, controlamos a parcela compensável em 48 avos sobre bens imobilizados, no Curto e no Longo Prazo (Não Circulante), onde podemos destacar seu saldo, conforme segue:

	CP	LP
ICMS SOBRE AIS	5,90	4,17

Demais impostos antecipados para futura compensação

IR	152,36
CSLL	57,68
PIS	6,92
COFINS	31,98
ICMS	94,38
Total	343,32

Em nosso Passivo somente consta os vincendos, conforme segue:

IR	34,93
CSLL	20,96
PIS	9,59
COFINS	44,17
ICMS	228,67
ISS	0,28
INSS	58,77
FGTS	18,48
IRPF	0,58
PIS/COFINS/CSLL	1,56
PARCELAMENTO DE ICMS A CURTO PRAZO	288,93
Total	706,92

33 - Informações de Natureza Social e Ambiental

Apesar da João Cesa ter seu atendimento quase que totalmente em zona urbana, ao instalar Linhas e Redes, procura sempre evitar degradação de árvores e do meio ambiente, usando sempre que possível redes multiplexadas. Adicionalmente, editamos anualmente o Relatório Social, presente nessas neste balanço como "Nota Explicativa" afim de disponibilizar e demonstrar as ações efetuadas por nossa Empresa e, através dele, poder planejar novas ações para o exercício que se inicia. Informamos, também, não possuir Passivo Ambiental em 2016 e 2017.

34 - Energia Livre

A João Cesa, estando dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na Legislação de Energia Livre e, por este motivo, continua honrando o contrato de suprimento assinado com a CELESC Distribuição, por determinação do Órgão Regulador, contrato que vigorou em todo o exercício de 2017.

A Empresa já tem estudado, para futuras compras de energia elétrica, qual a melhor opção do mercado em cada momento.

35 - ICMS sob Subvenção Baixa Renda

O Estado de Santa Catarina, por meio do RIC/ICMS - Anexo 2 - Benefícios Fiscais, em seu capítulo 1, seção 1, Artigo 1º inciso XXIII, que se refere à Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda, determina que dentro do Estado de Santa Catarina não haja incidência de tal tributo sobre a parcela da Subvenção concedida a esta classe de consumidores.

36 - Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Nos reajustes (IRT 2017 e 2016), não houve diferimento de Tarifa na Empresa Força e Luz João Cesa Ltda

37 - Revisão Tarifária Periódica – Terceiro Ciclo - Fato Relevante

Em 22/08/2016 nossa Empresa encerrou o seu Quarto Ciclo de Revisão Tarifária Periódica. Tal resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL N no 2.130, de 23/08/2016, que entra em vigor em 29/08/2016. O índice de reposicionamento foi: (1,71)% referente à Parcela A + Parcela B e de (5,14)% quando totalizado com os "componentes financeiros". O Componente Pd e T do Fator X foi fixado em 1,61%. O Nível Regulatório de Perdas de Energia Elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários de 2016 a 2020 foi definido em 4,55% para as perdas técnicas sobre a energia injetada e 1,54% para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão. Os itens financeiros, que causaram um grande impacto financeiro nesta Revisão, foram compostos principalmente pela relevância do valor das Bandeiras Tarifárias Credoras, faturadas por ordem da ANEEL e não requeridas pela ELETROBRAS para custear o alto custo de geração, e, por essa razão, devolvida aos consumidores através de desconto nesta Revisão. Esta revisão já foi devidamente reajustada durante 2017, como pode se observar na Nota 40.

38- Ganhos Contingentes

A João Cesa não realizou neste exercício, Ganhos Contingentes e nem no exercício anterior.

39 - Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2130, de 29/08/2016, se atualizados pelo IPCA, Líquido do Fator “X”, de Outras Receitas, Excedente de Reativos e Demanda de Ultrapassagem nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

	REVISÃO	REAJUSTE 08/17
Componentes do Investimento Remunerável	08/16	3.764,08
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	3.744,24	3.764,08
b) (-) Depreciação Acumulada	(1.779,63)	(1.789,06)
c) (-) Obrigações Vinculadas ao SPEE	(232,46)	(233,69)
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	1.732,15	1.741,33
e) (+) Almoxarifado	12,49	12,56
f) = Investimento Remunerável (B.Remuneração)	1.744,64	1.753,89
h) = Investimento total Remunerável na tarifa	1.744,64	1.753,89
i) Bens 100% depreciados	864,60	869,19
j) Variação do IPCA (líquido fator X)		
k) Cota de Depreciação – Taxa média Anual 4,24%	111,24	111,83
Reajuste publicado pela REH 2.397/2017 em 29/08/2017		0,53%

40 - Reajuste Tarifário

Nos meses de janeiro à julho/2017, nossa tarifa foi norteada pela Resolução Homologatória ANEEL No. 2.130/2016. No dia 29/08/2017 foi publicada nossa Tarifa para o ciclo 2017/2018, com vigência a partir de 29/08/2017, através da Resolução Homologatória ANEEL No. 2.297/2017. A presente Resolução, atualizou a nossa "Parcela B" que havia sido fixada no último ciclo de Revisão Tarifária Periódica, conforme determinado pelo PRORET sub módulo 2.2, aprovado pela REN 660 de 28/04/2015. Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinados à nossa Empresa. O reajuste real total foi de 12,44%, porém, gerou aos consumidores um efeito médio de 16,65%. Este reajuste vigorará até 28/08/2018.

41 - Fusões, Cisões e Incorporações

O Capital Social da Empresa Força e Luz João Cesa, é totalmente originado da integralização realizada por seus sócios cotistas, não havendo nenhum tipo de Fusão, Cisão, ou incorporação a ser relatada nesta nota.

42 - Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2017 e 2016 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da EFLJCL vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. Em nosso último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, no exercício de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória, e, determinou sua complementação através do Laudo de Avaliação aprovado na Revisão Tarifária Periódica de 2016.

43 - Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 446,21 mil reais da LAJIDA / EBTIDA / SOCIETÁRIO do exercício contábil de 2017, foram utilizados as seguintes contas:

	2017	2016
Lucro/Prejuízo Líquido	263,24	(21,80)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	7,21	2,73
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	55,89	-
Depreciação e Amortização	119,87	117,58
	446,21	98,51

44 - Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, segue abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2017

Descri�o	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos					
Ativo circulante	2.414,14	-	2.414,14	-	2.414,14
Caixa e equivalentes de caixa	77,29	-	77,29	-	77,29
Consumidores	1.027,63	-	1.027,63	-	1.027,63
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-
Serviços em curso	53,07	-	53,07	-	53,07
Tributos compensáveis	349,22	-	349,22	-	349,22
Depósitos judiciais e cau�es	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional	12,66	-	12,66	-	12,66
Investimentos temporários	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	432,04	-	432,04	-	432,04
Despesas pagas antecipadamente	1,44	-	1,44	-	1,44
Ativos de opera�o descontinuada e bens destinados � aliena�o	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	460,79	-	460,79	-	460,79
Ativo não circulante	2.435,39	(629,18)	1.806,21	-	1.806,21
Consumidores	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-
Serviços em curso	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis	4,17	-	4,17	-	4,17
Depósitos judiciais e cau�es	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	4,33	-	4,33	-	4,33
Empréstimos	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	-	78,76	78,76	(78,76)	-
Bens e atividades não vinculadas � concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Imobilizado	2.420,27	(2.420,27)	-	1.792,18	1.792,18
Intangível	6,62	1.712,33	1.718,95	-	5,53
Total do ativo	4.849,53	(629,18)	4.220,35	-	4.220,35

Passivo	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Passivo circulante	2.575,88	-	2.575,88	-	2.575,88
Fornecedores	791,84	-	791,84	-	791,84
Empréstimos, financiamentos e debêntures	187,29	-	187,29	-	187,29
Obrigações sociais e trabalhistas	140,58	-	140,58	-	140,58
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	706,93	-	706,93	-	706,93
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	358,94	-	358,94	-	358,94
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	209,04	-	209,04	-	209,04
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	181,26	-	181,26	-	181,26
Passivo não circulante	321,69	(41,44)	280,25	-	280,25
Fornecedores	38,68	-	38,68	-	38,68
Empréstimos, financiamentos e debêntures	55,27	-	55,27	-	55,27
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	-	-	-
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	18,07	-	18,07	-	18,07
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	209,67	(41,44)	168,23	-	168,23
Total do passivo	2.897,57	(41,44)	2.856,13	-	2.856,13
Patrimônio líquido					
Capital social	1.022,73	-	1.022,73	-	1.022,73
Reservas de capital	(47,51)	47,51	-	99,83	99,83
Outros resultados abrangentes	587,74	(587,74)	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	389,00	(47,51)	341,49	(99,83)	241,66
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-
Reserva de sobras	-	-	-	-	-
Sobras à disposição da Assembleia	-	-	-	-	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	1.951,96	(587,74)	1.364,22	-	1.364,22
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.849,53	(629,18)	4.220,35	-	4.220,35

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2017

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		10.627,49	151,01	10.778,50	-	10.778,50
Fornecimento de energia elétrica		5.774,35	-	5.774,35	-	5.774,35
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		4.365,19	-	4.365,19	-	4.365,19
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		63,64	-	63,64	-	63,64
Serviços cobráveis		25,26	-	25,26	-	25,26
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		399,05	151,01	550,06	-	550,06
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-
Tributos		(2.625,46)	-	(2.625,46)	-	(2.625,46)
ICMS		(2.093,42)	-	(2.093,42)	-	(2.093,42)
PIS-PASEP		(95,25)	-	(95,25)	-	(95,25)
Cofins		(436,79)	-	(436,79)	-	(436,79)
ISS		-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(1.110,86)	-	(1.110,86)	-	(1.110,86)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(34,46)	-	(34,46)	-	(34,46)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(777,99)	-	(777,99)	-	(777,99)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(34,46)	-	(34,46)	-	(34,46)
Taxa de fiscalização		(13,36)	-	(13,36)	-	(13,36)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		(250,59)	-	(250,59)	-	(250,59)
Receita líquida / Ingresso líquido		6.891,17	151,01	7.042,18	-	7.042,18
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(4.465,89)	-	(4.465,89)	-	(4.465,89)
Energia elétrica comprada para revenda		(4.334,11)	-	(4.334,11)	-	(4.334,11)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(131,78)	-	(131,78)	-	(131,78)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-

	Nota	Ajustes Regulatório	Ajustes REG/SOC	Ajustes Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.425,28	151,01	2.576,29	-	2.576,29
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(2.137,11)	(97,13)	(2.234,24)	(86,24)	(2.320,49)
Pessoal e administradores (inclui 485,72 de remuneração a administradores)		(1.684,78)	-	(1.684,78)	-	(1.684,78)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-
Material		(49,19)	-	(49,19)	-	(49,19)
Serviços de terceiros		(204,46)	-	(204,46)	-	(204,46)
Arrendamento e aluguéis		-	-	-	-	-
Seguros		(2,67)	-	(2,67)	-	(2,67)
Doações, contribuições e subvenções		(25,36)	-	(25,36)	-	(25,36)
Provisões		(13,56)	-	(13,56)	13,56	-
Recuperação de despesas		14,42	-	14,42	-	14,42
Tributos		(10,28)	-	(10,28)	-	(10,28)
Depreciação e amortização		(173,76)	53,89	(119,87)	-	(119,87)
Gastos diversos da atividade vinculada		(99,55)	(151,02)	(250,57)	-	(250,57)
Outras Receitas Operacionais		120,43	-	120,43	-	120,43
Outras Gastos Operacionais		(8,35)	-	(8,35)	(99,81)	(108,16)
Resultado da Atividade		288,17	53,88	342,05	(86,24)	255,80
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		(22,92)	-	(22,92)	-	(22,92)
Despesas financeiras		(164,06)	-	(164,06)	-	(164,06)
Receitas financeiras		141,14	-	141,14	-	141,14
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		265,25	53,88	319,13	(86,24)	232,88
Despesa com impostos sobre os lucros		(55,89)	-	(55,89)	-	(55,89)
Resultado líquido das operações em continuidade		209,36	53,88	263,24	(86,24)	176,99
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		209,36	53,88	263,24	(86,24)	176,99
Atribuível aos:						
Acionistas controladores		-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-
Lucro por ação		0,20	0,05	0,26	(0,08)	0,17
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,20	0,05	0,26	(0,08)	0,17
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2017

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	"Recursos destinados a aumento de capital"	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	990,00	0,02	-	-	78,24	-	1.068,26
Remuneração das imobilizações em curso	32,73	-	-	-	-	-	32,73
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	163,43	-	163,43
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatória Compulsoria de Imobilizado - VNR	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	-	99,81	-	-	-	-	99,81
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.022,73	99,83	-	-	241,67	-	1.364,23

45 - Quotas da CDE repassadas as distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobras

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a EFLJCL realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2017, o saldo de 271,89 R\$/MIL.

	Saldo Anterior	Realizado	Recebido	A Receber
SUBVENÇÃO CDE - TARIFA DE EQUILIBRIO	227,74	360,36	(335,66)	252,44
SUBVENÇÃO CDE - DESCONTOS REGULATORIOS	3,28474	2,42	(1,43)	4,27
Diferença Mensal de Receita - DMR	12,58112	42,06	(39,46)	15,18
	243,60	404,84	(376,55)	271,89

46 - Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

CONTA	Nomenclatura	Saldo Dez 2016	2017												Saldo		
			jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez			
2223.3.01.02.00.0.001	Participação Financeira do Consumidor Até Dez/2015	(7,97)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7,97)
																	Sub-Total (7,97)
2223.3.01.05.00.0.001	Software - Neo Domino - P&D - Projeto Localização de Faltas Até Dez/2015	(41,48)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41,48)
																	Sub-Total (41,48)
2223.3.01.99.00.0.002	Receita de Excedente de Reativo Mar/2016	(69,37)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(69,37)
2223.3.01.99.00.0.003	Receita de Ultrapassagem de Demanda Mar/2016	(42,87)	-	-	-	-	0,04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42,87)
																	Sub-Total (112,24)
Total		(161,69)															(161,69)
2223.3.02.02.00.0.001	(-) Depreciação Participação Financeira Consumidor - Até Dez/2015	2,93	0,04	0,04	0,04	0,04	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	3,31
							0,19										Sub-Total 3,31
2223.3.02.05.00.0.001	(-) D.A - Software Neo Domino Até Dez/2015	4,81	0,15	0,15	0,15	0,15	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	6,38
																	Sub-Total 6,38
Total		7,74	0,19	0,19	0,19	0,19	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	0,14	9,69

47 – Formação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrante destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 26/04/2018 pela Diretoria Executiva conforme o Contrato Social da Empresa, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, às Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ Reais/Mil com duas casas decimais.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores da
EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA
Siderópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 29 de março de 2018.



Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7 SC

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012 SC



João Cesa
Energia para a vida

Edson de Silvestre
Diretor Administrativo
CPF nº 024.589.159-57

Sednir Cesa
Diretor Financeiro
CPF nº 298.507.039-20

Edson de Silvestre
Contador – CRC nº SC- 024752/08

Relatório Anual (Regulatório)

2017



João Cesa
Energia para a vida



Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho regulatório da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.



Carta da Diretoria

Senhores e Senhoras Sócios Cotistas:

Ao término deste exercício, onde, com esperança, vimos a economia do País parar de afundar, e, de forma gradual iniciar sua aceleração, compete-nos relatar sobre as atividades e resultados econômico e financeiros do período.

Neste contexto, observamos que em todo o ano, esteve às nossas portas um chamado para promover a transformação digital. Não se trata apenas de aderir à tecnologia, mas de reimaginar o cotidiano. Chegou a hora de construir novos modelos para reunir pessoas, dados e processos para gerar valor para os clientes e criar novas oportunidades para as organizações. Essas tendências, são facilmente verificadas no ano que ora apresentamos à V.Sas.

Neste cenário de evolução a João Cesa, que a mais de 70 anos tem como compromisso impulsionar o desenvolvimento do município de Siderópolis, apresenta seus números com muita alegria, pois apesar que ainda passamos muitos desafios no ano de 2017, a retomada das compras vem equilibrando o cenário econômico do país e a João Cesa se orgulha neste exercício em alcançar o seu planejamento estratégico com investimento 100% provenientes de recursos próprios, diminuindo assim dívidas com fornecedores e financiadores, baixando sua despesa operacional na casa de 6,33%, e, através de ações vinculadas à gestão, alcançar a almejada retomada do equilíbrio financeiro de seu fluxo de caixa.

Graças as diretrizes tomadas em sua administração, fomos coroados neste exercício com o 1º Lugar no Prêmio da revista Eletricidade Moderna, Categoria Operação, e obtivemos um alcance extraordinário na Prêmio IASC – Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, saindo da 34ª posição para 15ª no Brasil, e em nossa categoria, saindo de 9ª em 2016 para o 7ª em 2017. Já no Ranking ANEEL dos indicadores de qualidade - DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – Tempo que, em média, no período de observação, em que cada unidade consumidora ficou sem energia elétrica e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – Número de interrupções ocorridas, em média, no período de observação, fechamos o exercício mais uma vez como o nome da João Cesa na tela da ANEEL, alcançando com muito orgulho o segundo lugar do Ranking em nossa categoria.

Com todas as premiações reconhecidas pelos mais importantes órgãos do Setor, a João Cesa agradece e reforça o compromisso que tem de colaborar para a construção de um futuro melhor para toda nossa Sociedade, Colaboradores, Consumidores e toda a nossa área de Concessão.

E, por fim, gostaríamos de agradecer a Deus, ao empenho de todos os nossos colaboradores, parceiros, consumidores, sócios cotistas por estarem ao nosso lado durante todo 2017, e, reafirmar nossa grande perspectiva no exercício de 2018.

Edson de Silvestre
Diretor Administrativo

Sednir Cesa
Diretor Financeiro



Carta do Contador

É na tempestade que se fazem os bons marinheiros, e assim foi no ano de 2017. Um ano muito difícil para quase todos os setores da economia brasileira. E em meio a tantos vendavais, nós, colaboradores da JOÃO CESA, realizamos avanços relevantes e consolidamos o nosso programa de crescimento e desenvolvimento. Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da EFLJCL - Empresa Força e Luz João Cesa LTDA, comunicamos aos Senhores Sócios Cotistas a conclusão do exercício de 2017, com alto grau de qualidade, transparência e legalidade, dentro da legislação imposta pelo Poder Concedente.

A nossa Empresa, muitas vezes premiada por figurar entre os melhores relatórios econômico e financeiros dentro do segmento de Energia Elétrica aos Sr. Sócios, primou, em 2017, pelos conceitos de transparência, detalhando as contas contábeis ao extremo, para assim deixar os números da João Cesa aptos para a avaliação e valoração de suas cotas a seus investidores, apresentando de forma clara seu resultado, se firmando no seguimento como Distribuidora de Energia Elétrica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Nossa atividade está baseada no compromisso do desempenho com a integridade. Esta é a herança sobre a qual nossa Empresa foi construída e é a base sobre a qual continuaremos a ampliar em nossa área de concessão. Mantendo os mais elevados padrões técnicos em todas as atividades e em todos os setores da Empresa. Agindo dessa maneira, conquistaremos a confiança de nossos clientes, parceiros de negócios e comunidade que nos ajudarão no progresso da Empresa.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL têm intensificado o monitoramento eletrônico (Mundo Digital), impondo pré-análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Sócios Cotistas que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições de V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício da Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Att

Edson de Silvestre
Contador



Cenário

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda atua no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 70 anos de existência.

Em 2017, ano em que grandes mudanças ocorreram em nosso País, houve a desaceleração da crise, o que, propiciou, ao final do exercício, um ligeiro aumento em nosso número de consumidores na ordem de 0,77%. Com relação ao mercado atendido, houve um decréscimo expressivo, na ordem de (11,20) %, resultado da migração de consumidores cativos para o Mercado Livre. Esta redução ocorreu, na classe industrial: (40,17%). Houve diminuição, também nas demais classes, onde o efeito da crise do País fatalmente mudou hábitos, onde podemos destacar: classe Residencial: (0,30)%; Comercial (3,37)%, havendo, porém, um pequeno aumento nas Classes: Rural (nosso menor mercado, formado por 4 consumidores) 11,05%; Poder Público: 2,16%; e, Iluminação Pública: 3,57%.

Já com relação a utilização de nossas redes por consumidores que adquirem energia no Mercado Livre, houve, nesse exercício, aumento na ordem de 105,44%.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

Distribuição

A João Cesa distribui energia elétrica para parte do Município de Siderópolis – SC, não atendendo a nenhum consumidor livre fora de sua área de Concessão. Conecta, contudo, 2 Consumidores Industriais não cativos, ou seja, que operam no Mercado Livre de Energia Elétrica.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano, 318 novas ligações, sendo, 264 Residenciais, 41 Comerciais, 02 industriais e 11 Poderes Públicos. Nosso atendimento totalizou 3.650 consumidores, base dezembro de 2017, apresentando um crescimento de 0,77% em relação a 2016.

Número de Consumidores

Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	2.299	2.331	2.998	3.050	3.082	3.116
Comercial	326	335	378	386	379	377
Industrial	89	104	125	123	114	109
Rural	5	5	5	5	4	4
Poderes Públicos	34	34	38	37	40	41
Iluminação Pública	1	1	1	1	1	1
Serviço Público	-	-	-	-	-	-
Total	2.754	2.810	3.545	3.602	3.620	3.648
Variação	4,60%	2,03%	26,16%	1,61%	0,50%	0,77%
Consumidor Livre (especial)	-	-	-	-	2	2
Total Geral	2.754	2.810	3.545	3.602	3.622	3.650

O consumo de energia elétrica na área de atuação da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda, no ano 2017, foi de 13.414,82 megawatts-hora, tendo apresentado uma redução de (11,20)% em relação a 2016. O consumo faturado foi na ordem de 13.430,79 apresentando, também, uma redução de (11,19%).

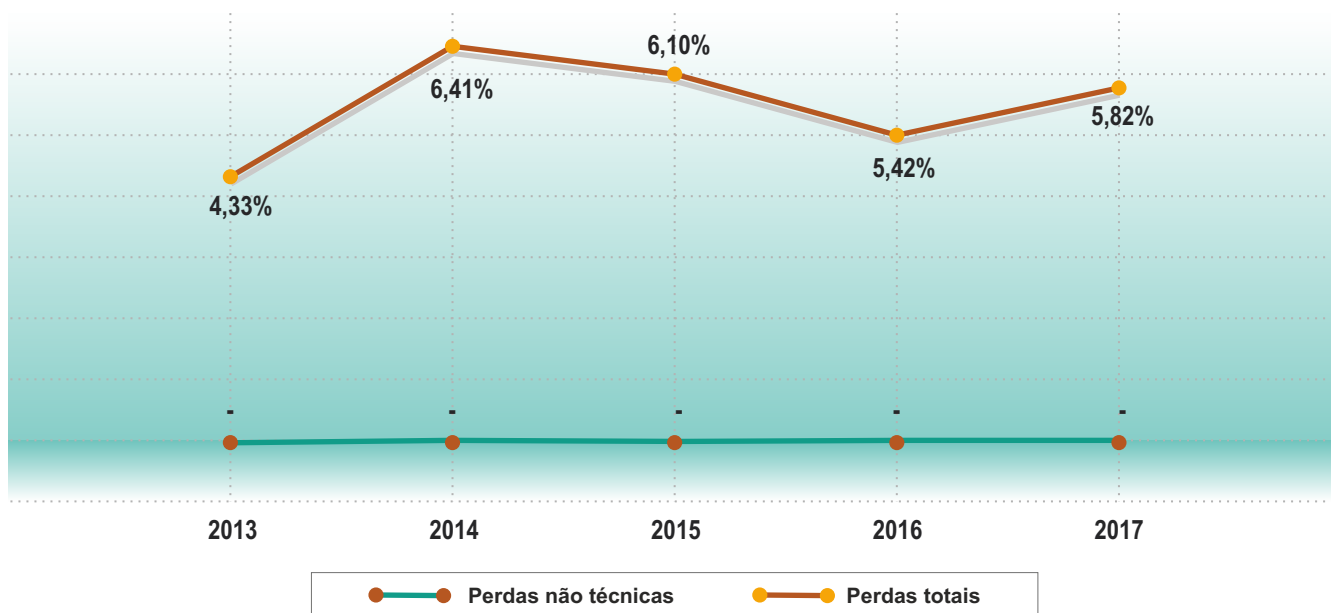
A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

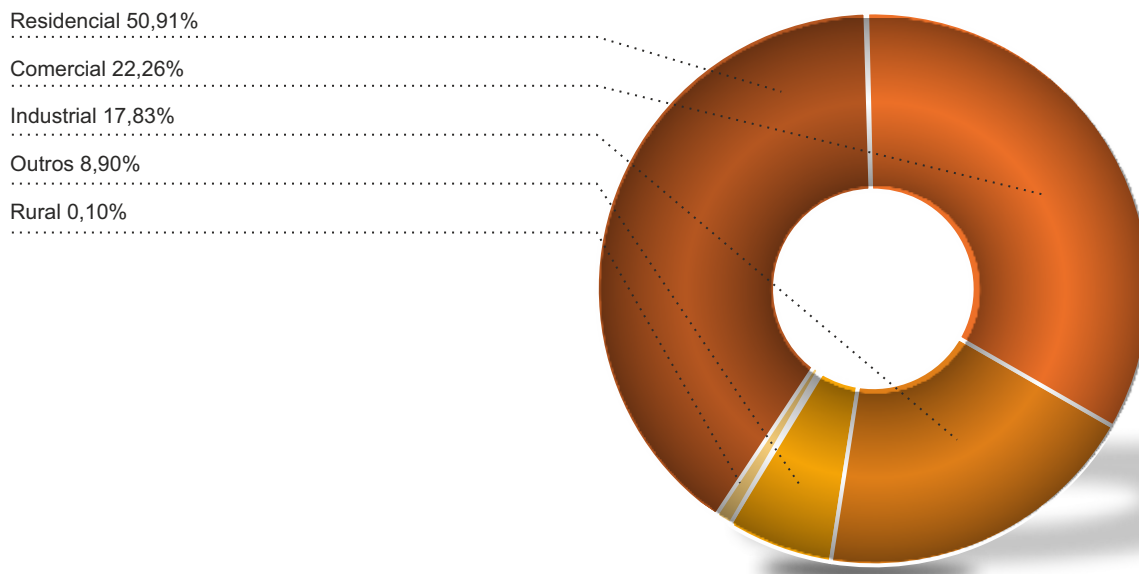
Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Energia Faturada	13.651,62	16.440,86	16.716,29	15.106,39	13.414,82
Fornecimento	13.651,62	16.440,86	16.716,29	15.106,39	13.414,82
Residencial	5.261,52	6.780,41	6.725,00	6.853,81	6.832,95
Comercial	2.703,22	3.138,58	3.178,49	3.099,27	2.994,86
Industrial	4.738,58	5.353,02	5.639,53	3.986,08	2.384,72
Rural	12,47	12,89	13,35	11,58	12,86
Poderes Públicos	457,29	539,15	528,82	528,02	539,42
Iluminação Pública	478,54	616,81	631,10	627,63	650,01
Serviço Público	-	-	-	-	-
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	1.834,33	3.768,39
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	1.834,33	3.768,39
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	13.651,62	16.440,86	16.716,29	16.940,72	17.183,21
Variação	3,55%	20,43%	1,68%	1,34%	1,43%

Balço Energético

Energia Requerida	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de Energia	13.651,62	16.440,86	16.716,29	14.911,55	13.240,94
Fornecimento	13.651,62	16.440,86	16.716,29	14.911,55	13.240,94
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	1.834,33	3.768,39
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	13.651,62	16.440,86	16.716,29	16.745,88	17.009,33
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	617,42	1.126,48	1.086,57	958,98	1.050,22
Perdas Técnicas	617,42	1.126,48	1.086,57	958,98	1.050,22
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	-%	-%	-%	-%	-%
Perdas Totais - PT	617,42	1.126,48	1.086,57	958,98	1.050,22
PT / Energia Requerida %	4,33%	6,41%	6,10%	5,42%	5,82%
Total	14.269,04	17.567,34	17.802,86	17.704,86	18.059,55



Consumo por Classe de Consumidores



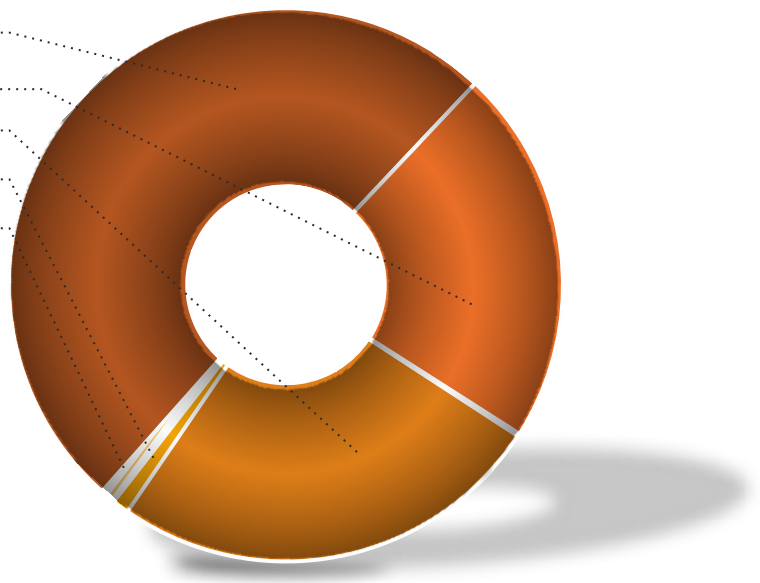
Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R\$ 6.844,36 reais-mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ Mil

Classe	2017	2016	%
Residencial	3.640,49	3.562,37	2,19%
Comercial	1.588,75	1.550,66	2,46%
Industrial	1.136,57	1.867,63	(39,14)%
Rural	3,83	3,83	(0,11)%
Outros	474,74	434,78	9,19%
Poderes Públicos	291,14	267,42	8,87%
Iluminação Pública	183,60	167,36	9,70%
Serviço Público	-	-	- %
Total	6.844,36	7.419,27	(7,75)%

Receita Líquida por Classe de Consumidores

Residencial 53,50%
Comercial 23,35%
Industrial 16,70%
Outros 6,39%
Rural 0,06%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2017, apresentou um crescimento de 0,77% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Consumidores	2016	2017
Residencial	3.082	3.116
Comercial	379	377
Industrial	114	109
Rural	4	4
Poderes Públicos	40	41
Iluminação Pública	1	1
Serviço Público	-	-
Total	3.620	3.648
Varição	0,50%	0,77%
Consumidor Livre (especial)	2	2
Total geral	3.622	3.650

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2017, atingiu R\$ 532,78 /MWh, com aumento de 2,50% com relação a dezembro de 2016. Por meio da Resolução Homologatória ANEEL N° 2.297 de 29 de Agosto de 2017 a Empresa Força e Luz João Cesa Ltda foi autorizada a aplicar sobre sua venda de Energia Elétrica, um reajuste médio de 12,44%, sendo 16,65%, o efeito a ser percebido por seus consumidores.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	532,78
Comercial	530,16
Industrial	474,35
Rural	350,89
Outros	400,97

Tarifa Residencial Baixa Renda Por faixa de Consumo	Kwh 0 a 30	Kwh 31 a 80	Kwh 81 a 100	Kwh 101 a 220
Tarifas Brutas	212,21	363,78	363,78	545,67

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC(Horas)	FEC(Interrupções)	Tempo de espera (horas)
2013	2,82	1,03	0,65
2014	3,29	6,16	0,60
2015	1,28	2,51	0,54
2016	2,78	1,70	0,59
2017	1,83	3,53	0,49

No ano 2017 a Empresa Força e Luz João Cesa manteve um bom desempenho na continuidade do fornecimento de energia elétrica prestado aos consumidores, em virtude dos investimentos em manutenção e reforço da rede de distribuição, o emprego de materiais de boa qualidade e também ao treinamento do pessoal envolvido na manutenção do sistema elétrico. Cumprimos desta forma, as metas estabelecidas pela ANEEL, que são 10 horas para a DEC e 9 interrupções para a FEC.

Atendimento ao consumidor - A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios do Município de Siderópolis se encontram atendidos no que diz respeito ao fornecimento de Energia Elétrica. Efetua, assim, todos os atendimentos nos prazos legais e regulamentares

Desempenho econômico-financeiro

Em 2017, o lucro líquido regulatório foi de R\$ 209,36 mil, contra um prejuízo de R\$ (62,77) mil em 2016. Estatisticamente trata-se de uma mudança expressiva. O resultado foi impulsionado por ações tomadas pela diretoria afim de equacionar a situação criada com a ida para o Mercado Livre, como Consumidor livre Especial de nossos maiores Consumidores no ano de 2017. O resultado não fora ainda melhor pois a economia deu poucos sinais de recuperação, acarretando em uma diminuição expressiva no consumo da classe Industrial.

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Regulatória, a Contabilidade Societária e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória.

Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Regulatória, Societária, e Fiscal:

RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 209,36 mil

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 319,13 mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 232,88 mil

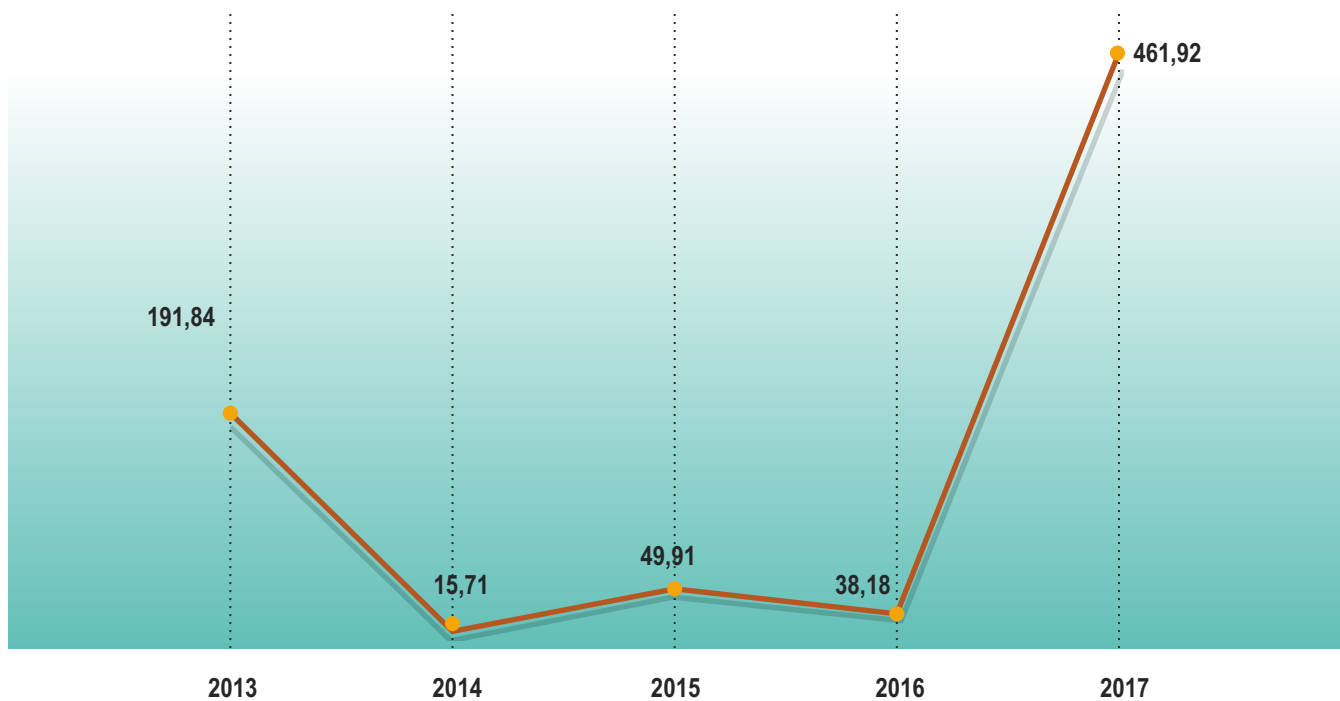
A receita operacional líquida regulatória atingiu R\$ 6.891,17 mil, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 6.990,45 mil.

As despesas operacionais regulatórias totalizaram em 2017 R\$ 6.715,07 mil, 6,46% inferior em relação à 2016, sendo destaque deste montante os custos com: energia comprada para revenda 66,50% do montante, e o total das taxas regulamentares no valor de R\$ 1.110,85 representando este uma diminuição (14,47)% em relação ao ano anterior. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 9,18% contra (1,20)% em 2016.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (cálculo regulatório) foi de R\$ 461,92 mil, superior em 1..109,85% a 2016, que foi de R\$ 38,18, conforme evolução abaixo:

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (cálculo regulatório) foi de R\$ 461,92 mil, superior em 1.109,85% a 2016, que foi de R\$ 38,18, conforme evolução abaixo:

EBITDA OU LAJIA - Legislação Societária



Investimentos: Em 2017, os investimentos da EFLJCL, importaram em R\$ 101,56, 45,02% inferior em relação à 2016. Tal diminuição não prejudicou que se continuasse gerando melhorias significativas na manutenção dos baixíssimos Indicadores de falta de Energia Elétrica desta Concessionária. No investimento de 2017, que totalizou R\$ 101,56 reais/mil, R\$ 101,56 reais mil foram realizados em Linhas e Redes de Distribuição - Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 4 (quatro) anos, a Empresa estima um investimento total de R\$ 556,40 mil.

Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2017				
	2015 R	2016 R	2017 R	2018 P	2019 P	2020 P	2021P	2022P
AIS Bruto ¹	106,81	157,28	101,59	140,34	139,25	140,05	136,78	136,78
Transformador de Distribuição	18,41	20,39	14,35	36,00	42,00	19,00	18,00	18,00
Medidor	34,90	58,69	39,89	31,07	28,15	31,76	28,84	28,84
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	51,14	61,76	39,71	48,85	58,90	59,22	58,21	58,21
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2,36	16,44	7,64	24,42	10,20	30,06	31,73	31,73
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(147,07)	(170,18)	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(43,49)	(41,71)	-	-	-	-	-	-
Outros	(103,58)	(128,47)	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	(103,58)	(112,24)	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(36,59)	(69,37)	-	n.c	n.c	n.c	n.c	n.c
Excedente de reativos	(66,99)	(42,87)	-	n.c	n.c	n.c	n.c	n.c
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c	n.c	n.c	n.c	n.c
Outros	-	-	-	n.c	n.c	n.c	n.c	n.c
Outros	-	(16,23)	-	n.c	n.c	n.c	n.c	n.c

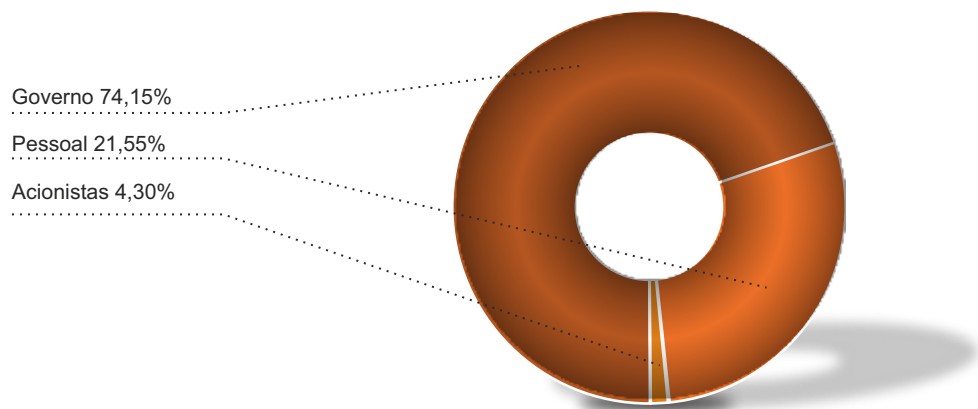
	2017 R	2018 P	2019 P	2020 P	2021 P	2022 P
Plano de Investimentos 2017	95,82	140,34	139,25	140,05	136,78	n.d
Plano de Investimentos 2016	126,67	126,99	125,45	124,57	n.d	n.d
Diferença	(24,36)%	10,51%	11,00%	12,42%	n.d	n.d

Notas:

- 1) Foi investido 101,59 mil reais no ano 2017, dos quais 95,82 mil reais em obras planejadas na nossa PDD;
- 2) A queda no investimento realizado em 2017, foi devida a migração de grandes consumidores para o Ambiente de Contratação Livre, afetando o nosso fluxo de caixa e causando dificuldades para execução das obras não urgentes;
- 3) O aumento do investimento previsto na PDD 2017 para o período 2018 a 2021, deve-se a perspectiva de instalação de novas unidades consumidoras, principalmente da classe industrial.

Captações de recursos: Todos os recursos utilizados nos investimentos realizados da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda., foram de origem própria.

Valor adicionado: Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 5.295.03 mil, representando 49,13% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Anualmente os sócios cotistas se reúnem e deliberam sobre a destinação dos lucros acumulados do exercício anterior. A Assembleia Geral Ordinária ocorre sempre no mês de abril de cada ano e tem contado, nos últimos anos, com a participação de mais de 80% do Capital Social da Empresa.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 1.022,73 mil, composto por 1.022,73 cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Atendimento aos sócios cotistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Empresa Força e Luz João Cesa Ltda sempre se coloca à disposição para atendimento personalizado aos seus Sócios Cotistas, independente de fazer parte do Grupo Controlador ou não, não importando, também, seu percentual de participação na Sociedade. O atendimento é realizado na sua sede em Siderópolis, preferencialmente após agendamento junto aos Diretores por telefone.

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da Outorgada vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Pelo menos a cada trimestre a Diretoria da Empresa têm se reunido com os Consultores e responsáveis por cada área, a fim de entender o avanço da Regulação Setorial, bem como os caminhos que devem ser norteados para estabelecer prioridade nos investimentos, bem como amortizar os empréstimos realizados para os grandes investimentos dos anos de 2013, 2014 e início de 2015. Tal procedimento tem apresentado resultados surpreendentes, como o recebimento de prêmios de qualidade no atendimento ao seu consumidor, mesmo em tempos de crise.

O planejamento realizado, juntamente com os resultados dos cenários empresariais discutidos trimestralmente, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das ações a serem tomadas para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2017, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos semanalmente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, periodicamente apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, permitindo nossa recertificação.

Recursos humanos: Em 2017 a JOÃO CESA investiu R\$ 4,87 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Na visão da JOÃO CESA, o melhor investimento a ser realizado, é no crescimento de seus colaboradores. Por essa razão, auxilia com um terço do valor da universidade de sua equipe.

Adicionalmente, a EFLJCL concedeu aos seus colaboradores, no exercício de 2017 os seguintes benefícios: a) Auxílio Alimentação: R\$ 90,79 mil; b) Auxílio médico R\$ 59,35 mil; c) Auxílio Transporte: R\$ 1,75 mil; e, d) Seguro de Vida: R\$ 1,31 mil.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a JOÃO CESA vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da Empresa.

Outorgada em números	2017	2016	%
Atendimento	-	-	
Número de consumidores	3.648	3.624	0,66%
Número de empregados	15	15	- %
Número de consumidores por empregado	243	242	0,66%
Número de localidades atendidas	1	1	- %
Número de agências	1	1	- %
Número de postos de atendimento	1	1	- %
Número de postos de arrecadação	5	5	- %
Mercado			
Área de concessão (Km ²)	263,00	263,00	- %
Geração própria (GWh)	-	-	- %
Demanda máxima (MWh/h)	4,31	4,19	2,86%
Distribuição direta (GWh)	18,07	17,98	0,50%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	569.412,63	571.150,83	(0,30)%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	509,79	470,83	8,27%
Total (exceto curto prazo)	1.888,17	1.739,82	8,53%
Residencial	532,78	519,77	2,50%
Comercial	530,16	490,39	8,11%
Industrial	474,35	399,16	18,84%
Rural	350,89	330,49	6,17%
Suprimento	-	-	- %
DEC (horas)	1,83	2,76	(33,70)%
População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes)	13,87	13,78	0,67%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	0,02	0,02	- %
FEC (número de interrupções)	3,53	1,71	106,43%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	0,02	0,01	- %
Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	- %
Número de subestações	-	-	- %
Linhas de transmissão (Km)	-	-	- %
Linhas de distribuição (Km)	71,28	70,38	1,28%
Capacidade instalada (MW)	12,55	12,61	(0,48)%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	10.778,50	11.211,02	(3,86)%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	6.891,16	6.990,45	(1,42)%
Margem operacional do serviço líquida (%)	63,93%	62,35%	2,54%
EBITDA OU LAJIDA	461,92	38,18	1.109,85%
Lucro líquido (R\$ mil)	209,36	(20,47)	(1.122,77)%
Lucro líquido por lote de mil ações	0,21	(0,02)	(1.122,77)%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	1.951,67	1.711,42	14,04%
Valor patrimonial do lote de mil ações	1,00	1,00	- %
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	10,73%	(1,20)%	(996,86)%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	(59,75)%	(62,01)%	(3,65)%
Em moeda nacional (%)	(59,75)%	(62,01)%	(3,65)%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	- %
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários:	3,91	3,82	2,37%
Energia Gerada / Comprada por Funcionário:	952,74	1.058,04	(9,95)%
Energia Gerada / Comprada por Consumidor:	3,92	4,35	(9,95)%
Retorno de ativos por unidade	0,12	0,04	- %



Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos à DEUS, à Diretoria, aos Sócios Cotistas, aos nossos Colaboradores, aos nossos Consultores e Auditores, aos nossos Consumidores e a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da JOÃO CESA, contribuindo para o cumprimento da missão do exercício de 2017 da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda..

Siderópolis, 31 de dezembro de 2017.

AAdministração

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanco Patrimonial

	Consolidado	
	2017	2016
Ativos		
Ativo Circulante	2.414,14	1.960,07
Caixa e equivalentes de caixa	77,29	164,07
Consumidores	1.027,63	872,17
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	53,07	-
Tributos compensáveis	349,22	148,14
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	12,66	12,24
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	432,04	460,72
Despesas pagas antecipadamente	1,44	0,89
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	460,79	301,84
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	2.435,39	2.545,21
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	4,17	10,06
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	4,33	4,33
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	2.420,27	2.513,96
Intangível	6,62	16,86
Total do ativo	4.849,53	4.505,28

Balanco Patrimonial

	Consolidado	
	2017	2016
Passivo		
Passivo Circulante	2.575,88	2.339,92
Fornecedores	791,84	948,50
Empréstimos, financiamentos e debêntures	187,29	292,24
Obrigações sociais e trabalhistas	140,58	148,05
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	706,93	323,61
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	358,94	243,97
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	209,04	310,62
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	181,26	72,93
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	321,69	453,94
Fornecedores	38,68	74,01
Empréstimos, financiamentos e debêntures	55,27	165,82
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	18,07	1,64
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	209,67	212,47
Total do passivo	2.897,57	2.793,86
Patrimônio líquido	1.951,96	1.711,42
Capital social	1.022,73	990,00
Reservas de capital	(47,51)	(47,51)
Outros resultados abrangentes	587,74	643,16
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	389,00	125,77
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	-	-
Sobras à disposição da Assembleia	-	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	1.951,96	1.711,42
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.849,53	4.505,28

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	75,43	399,73
Fornecimento de Energia	11.109,07	11.774,80
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	370,76	500,88
Outros Recebimentos Operacionais	114,72	38,92
Fornecedores - Materiais e Serviços	(734,64)	(691,35)
Fornecedores - Energia Elétrica	(4.691,88)	(4.930,18)
Salários e Encargos Sociais	(1.544,03)	(1.109,40)
Tributos sobre a Receita - Federais	(563,82)	(996,72)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(2.761,05)	(3.001,73)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(218,29)	(1,28)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(995,63)	(1.022,34)
Outras Despesas Operacionais	(9,79)	(161,87)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	40,32	(47,62)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	32,73	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	-	(82,73)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	7,59	35,11
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	115,76	352,11
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(202,54)	(258,26)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	267,37
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(202,54)	(525,63)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(86,78)	93,85
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(86,78)	93,85
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(86,78)	93,85
No início do exercício	164,07	70,22
No fim do exercício	77,29	164,07

O modelo de fluxo de caixa apresentado acima se refere ao fluxo de caixa preparado por meio do método direto, sendo que também é permitida a apresentação do fluxo de caixa preparado por meio do método indireto.

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2017	2016
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	10.627,49	11.211,02
Fornecimento de energia elétrica	5.774,35	6.723,07
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	4.365,19	3.919,67
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	63,64	44,80
Serviços cobráveis	25,26	21,14
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	399,05	502,34
Outras receitas	-	-
Tributos	(2.625,46)	(2.921,82)
ICMS	(2.093,42)	(2.283,80)
PIS-PASEP	(95,25)	(112,92)
Cofins	(436,79)	(525,10)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.110,86)	(1.298,75)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(34,46)	(33,64)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(34,46)	(33,64)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(777,99)	(950,10)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(13,36)	(12,31)
Outros encargos	(250,59)	(269,06)
Receita líquida / Ingresso líquido	6.891,17	6.990,45
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(4.465,89)	(4.684,67)
Energia elétrica comprada para revenda	(4.465,89)	(4.684,67)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.425,28	2.305,78
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(2.137,11)	(2.426,16)
Pessoal e administradores	(1.684,78)	(1.619,62)
Material	(49,19)	(72,55)
Serviços de terceiros	(204,46)	(506,31)
Arrendamento e aluguéis	-	-
Seguros	(2,67)	(2,50)
Doações, contribuições e subvenções	(25,36)	(21,41)
Provisões	(13,56)	(16,30)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	14,42	13,72
Tributos	(10,28)	(8,01)
Depreciação e amortização	(173,76)	(158,55)
Gastos diversos	(99,55)	(102,65)
Outras Receitas Operacionais	120,43	84,82
Outras Despesas Operacionais	(8,35)	(16,80)
Resultado da Atividade	288,17	(120,38)

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2017	2016
Equivalência patrimonial	-	-
		Consolidado
Resultado Financeiro	(22,92)	57,61
Despesas financeiras	(164,06)	(224,93)
Receitas financeiras	141,14	282,54
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	265,25	(62,77)
Despesa com impostos sobre os lucros	(55,89)	-
Resultado líquido das operações em continuidade	209,36	(62,77)
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	209,36	(62,77)
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	0,20	(0,06)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,20	(0,06)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	2017	2016
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	(587,74)	(643,16)
Reserva de reavaliação	(587,74)	(643,16)
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(587,74)	(643,16)
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	(587,74)	(643,16)
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.

EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	"Recursos destinados a aumento de capital"	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(990,00)	(6,54)	596,63	-	106,60	-	1.686,69
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(40,97)	-	-	21,80	-	(62,77)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR	-	-	46,53	-	40,97	-	87,50
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(990,00)	(47,51)	643,16	-	125,77	-	1.711,42
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(32,73)	-	-	-	-	-	(32,73)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(263,24)	-	(263,24)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR	-	-	(55,42)	-	-	-	(55,42)
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.022,73)	(47,51)	587,74	-	389,01	-	1.951,97

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela EFLJC é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Concessão de longo prazo de distribuição e comercialização de energia. De acordo com o Contrato de Concessão de Distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, nossa Concessão para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações. A EFLJC está autorizada a atender Consumidores Livres que são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais.

Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL. A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da EFLJC. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas XX a XX, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Imobilizado em Serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em Novembro de 2016. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga de distribuição.

O resultado na alienação na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais, através de apontamento de horas nas ordens de serviço. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

(a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 05. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2007, complementada em 31 de março de 2012, e, complementada novamente em 30 de novembro de 2016, esta última com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 23 de agosto de 2016. Neste último ciclo ela abrangeu, também, as Obrigações Especiais do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada nos últimos 90 dias e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

D E S C R I Ç Ã O	VALORES CORRENTES						VALORES RENEGOCIADOS											
	CORRENTE A VENCER			CORRENTE VENCIDA			RENEGOCIADA A VENCER			RENEGOCIADA VENCIDA								
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	De 360 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Total 2016	Total 2017	Total 2016		
Fornecimento de Energia	286,05	-	2,19	6,02	12,86	58,48	(67,57)	11,79	-	0,33	2,81	-	312,96	265,75	172,10	40,07	52,49	
Residencial	200,61	-	2,08	4,90	6,71	26,51	(36,59)	0,24	-	0,33	0,50	-	205,29	172,10	172,10	40,07	52,49	
Industrial	30,94	-	-	0,16	3,65	22,61	(19,95)	11,55	-	-	1,54	-	50,50	40,07	50,50	40,07	52,49	
Comercial	53,92	-	0,11	0,96	2,51	9,36	(11,02)	-	-	-	0,76	-	56,59	52,49	56,59	52,49	52,49	
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Poderes Públicos	0,59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,59	1,08	0,59	1,08	1,08	1,08
Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Taxado	2,13	-	0,13	0,38	0,26	1,37	(1,84)	-	-	-	-	-	2,44	2,58	2,44	2,58	2,58	2,58
Diversos	29,12	-	0,28	0,73	1,23	4,13	(1,75)	-	-	-	-	-	33,75	27,57	33,75	27,57	27,57	27,57
Fornecimento Não Faturado	678,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	678,47	576,27	678,47	576,27	576,27	576,27
Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nac.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estr.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	995,78	-	2,61	7,13	14,35	63,98	(71,15)	11,79	-	0,33	2,81	-	1.027,62	872,17	1.027,62	872,17	872,17	872,17

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:

a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias; b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2017 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Trans-ferência (C)	Reava- liação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil													
Geração													
Terenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão													
Terenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	3.690,89	101,56	(52,45)	-	(11,86)	3.728,14	154,01	(1.856,06)	1.872,07	1.917,28	(221,63)	28,19	(193,43)
Terenos	57,19	-	-	-	-	57,19	-	-	57,19	57,19	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	85,52	-	-	-	-	85,52	-	(52,21)	33,30	36,15	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.993,04	101,56	(52,45)	-	(11,86)	3.030,28	49,11	(1.279,10)	1.751,18	1.784,87	(221,63)	28,19	(193,43)
Veículos	531,14	-	-	-	-	531,14	-	(513,38)	17,76	25,16	-	-	-
Móveis e utensílios	24,01	-	-	-	-	24,01	-	(11,37)	12,64	13,90	-	-	-
Administração	1.270,07	-	-	-	-	1.270,07	-	(788,69)	481,37	205,14	-	-	-
Terenos	209,64	-	-	-	-	209,64	-	-	209,64	101,74	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	750,30	-	-	-	-	750,30	-	(543,82)	206,48	26,16	-	-	-
Máquinas e equipamentos	187,79	-	-	-	-	187,79	-	(146,86)	40,93	44,55	-	-	-
Veículos	55,49	-	-	-	-	55,49	-	(42,49)	13,00	22,22	-	-	-
Móveis e utensílios	66,85	-	-	-	-	66,85	-	(55,53)	11,32	10,46	-	-	-
Comercialização													
Terenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	4.960,96	101,56	(52,45)	-	(11,86)	4.998,20	154,01	(2.644,76)	2.353,45	2.122,41	(221,63)	28,19	(193,43)
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil													
Geração													
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão													
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	71,62	171,90	-	(176,70)	-	66,82	(4,79)	-	66,82	71,62	-	-	-
Máquinas e equipamentos	0,00	101,54	-	(101,58)	-	0,06	0,06	-	0,06	0,00	-	-	-
Outros	71,62	70,26	-	(75,12)	-	66,76	(4,85)	-	66,76	71,62	-	-	-
Administração													
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	71,62	171,90	-	(176,70)	-	66,82	(4,79)	-	66,82	71,62	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	5.032,57	273,46	(52,45)	(176,70)	(11,86)	5.065,02	149,21	(2.644,76)	2.420,27	2.194,03	(221,63)	-	-

A composição do intangível é como segue :

	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfêrencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Intangível - R\$ Mil										
Ativo Intangível em Serviço										
Geração										
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão										
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	51,18					51,18		(44,56)	6,62	16,86
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	51,18	-	-	-	-	51,18	-	(44,56)	6,62	16,86
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração										
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização										
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	51,18					51,18		(44,56)	6,62	16,86
Ativo Intangível em Curso										
Geração										
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão										
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição										
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração										
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização										
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal										
Total do Ativo Intangível	51,18					51,18		(44,56)	6,62	16,86

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+©
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil							
AIS Bruto	2.993,03	101,56	(52,45)	-	(11,86)	3.030,27	154,01
Transformador de Distribuição	799,99	27,14	(14,02)	-	(3,17)	809,94	13,12
Medidor	751,98	25,52	(13,18)	-	(2,98)	761,33	12,34
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.190,69	40,40	(20,87)	-	(4,72)	1.205,51	19,54
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	250,37	8,50	(4,39)	-	(0,99)	253,49	4,11
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(221,63)	-	-	-	-	(221,63)	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(109,39)	-	-	-	-	(109,39)	-
Outros	(112,24)	-	-	-	-	(112,24)	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(42,87)	-	-	-	-	(42,87)	-
Excedente de reativos	(69,37)	-	-	-	-	(69,37)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-



João Cesa
Energia para a vida

	2017			2016		
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	"Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Em serviço						
Geração						
Custo histórico	-	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Transmissão						
Custo histórico	-	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Distribuição	2,89%	3.728,13	(1.856,06)	1.872,07	1.917,28	
Custo histórico	2,69%	2.954,62	(1.315,04)	1.639,58	1.660,27	
Correção monetária especial	-	-	-	-	-	-
Reavaliação	2,97%	773,51	(541,03)	232,49	257,01	
Administração	2,90%	1.270,06	(788,69)		525,07	
Custo histórico	6,38%	217,43	(131,66)	85,78	99,65	
Correção monetária especial	-	-	-	-	-	-
Reavaliação	2,833%	1.052,63	(657,04)	395,59	425,41	
Comercialização						
Custo histórico	-	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica						
Custo histórico	-	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Em curso		66,77		66,77	71,62	
Geração	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	66,77	-	66,77	71,62	
Administração	-	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica						
Custo histórico	-	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	70,10	1,42	30,04	-	-	-	101,56
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedoros	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	70,10	1,42	30,04	-	-	-	101,56

Observação: No exercício de 2016 houve atualização da Reavaliação Regulatória Compulsória conforme laudo para a 4a. Revisão Tarifária Periódica da JOÃO CESA, devidamente publicada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Em 2017 só houve movimentação de baixas nessa rubrica.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes

	Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67
Chave seccionadora	6,67
Condutor do sistema de Distribuição	3,57
Estrutura do sistema de Distribuição	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador de Distribuição	4,00
Administração central	
Equipamento geral	6,25
Equipamento geral de informática	16,67
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	CONSOLIDADO	
Descrição do Bem		Em R\$ Mil
1 - TRANSF. TRIF. 45 KVA, 13800/380/220 V		3,75
2 - TRANSF. TRIF. 30 KVA, 13800/380/220 V		2,46
3 - ABO CA 3x1x50+50 mm ² , XLPE 0,6/1 kV		2,09
4 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 11 X 300 daN		1,94
5 - CABO CA 3x1x70+70 mm ² , XLPE 0,6/1 kV		1,82
6 - MEDIDOR MONOFÁSICO ELETRONICO 15 A		1,73
7 - CABO CA 3x1x25+25 mm ² , XLPE 0,6/1 kV		1,71
8 - MEDIDOR MONOFÁSICO ELETRONICO 15 A		1,36
9 - CABO CA 3x1x50+50 mm ² , XLPE 0,6/1 kV		1,22
10 - MEDIDOR TRIFÁSICO ELETRÔNICO 15 (120) A 240 V		1,21

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	CONSOLIDADO	
Descrição do Bem		Em R\$ Mil
1 - TRANSF. TRIF. 30 KVA, 13800/380/220 V		2,46
2 - MEDIDOR TRIFÁSICO ELETRÔNICO E-750		1,49
3 - MEDIDOR MONOFÁSICO ELETRONICO 15 A		1,36
4 - MEDIDOR TRIFÁSICO ELETRÔNICO 15 (120) A 240 V		1,21
5 - MEDIDOR TRIFÁSICO ELET. SAGA 1000 MOD. 1681		1,17
6 - MEDIDOR ELETRÔNICO SAGA 2000 E-650		0,81
7 - MEDIDOR MONOFÁSICO ELETRONICO 15 A		0,80
8 - MEDIDOR MONOFÁSICO ELETRONICO 15 A		0,76
9 - MEDIDOR MONOFÁSICO ELETRONICO 15 A		0,74
10 - MEDIDOR TRIFÁSICO ELETRÔNICO 15 (120) A 240 V		0,72

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos) conforme demonstrado a seguir:

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 29/08/2016 a 28/08/2017, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período. A recuperação da Parcela "A" foi iniciada em agosto de 2017, logo após o final da vigência do RTP 2016. Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização. À medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a EFLJC transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos regulatórios A movimentação das contas de demais ativos e passivos regulatórios é a seguinte:

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social. Neste sentido, concedemos os descontos previstos no programa governamental para Residenciais Baixa Renda, bem como descontos aos consumidores Rurais e à TUSD dos Consumidores Livres conectados em nossa rede. Estes serão reembolsados pela CDE e são lançadas no grupo 1119.1.09.01 - Subsídios Tarifários E Redução Tarifária Equilibrada

ii) Quota parte de energia nuclear

A EFLJC, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear

iii) Neutralidade da Parcela

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores, conforme contratos de concessão vigentes, e que gerou uma tarifa superior ou inferior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

No presente ciclo de revisão tarifária, a EFLJC não teve diferimento ou ressarcimento de reposição tarifária

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em		Adição	Amortização	Remun.	Transf.	Saldo em		Valores em Amortização	Valores em Constituição	Não Circulante	
	31/12/16	31/12/17					31/12/17	Circulante			Circulante	
CVA Ativa	135,55	140,88	204,79	(111,11)	13,63	(101,98)	140,88	89,03	51,85	140,88	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	82,43	131,27	203,62	(46,58)	11,56	(119,75)	131,27	80,60	50,67	131,27	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	22,90	0,17	-	(23,58)	0,85	-	0,17	0,17	-	0,17	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	30,22	9,44	1,17	(40,95)	1,22	17,78	9,44	8,25	1,18	9,44	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	325,18	291,16	400,19	(405,36)	5,80	(34,64)	291,16	218,81	72,35	291,16	-	-
Majoração PIS/COFINS	3,11	9,23	40,72	(34,60)	-	-	9,23	-	9,23	9,23	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	125,25	68,41	141,23	(187,00)	5,80	(16,86)	68,41	5,29	63,12	68,41	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	196,82	213,52	218,24	(183,76)	-	(17,78)	213,52	213,52	-	213,52	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	460,72	432,04	604,99	(516,47)	19,43	(136,62)	432,04	307,84	124,20	432,04	-	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

	Saldo em 31/12/16	Adição	Amortização	Remun.	Transf.	Saldo em 31/12/17	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Passivo Financeiros Setoriais - R\$ Mil	(141,20)	(259,33)	137,34	(13,62)	119,75	(157,05)	(113,78)	(43,28)	(157,05)	-
Total	(141,20)	(259,33)	137,34	(13,62)	119,75	(157,05)	(113,78)	(43,28)	(157,05)	-
Custos de Aquisição de Energia - (CVAenerg)	(72,92)	(144,10)	71,17	(3,01)	119,75	(29,11)	(29,11)	-	(29,11)	-
Custo da energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Progr. de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(0,73)	(6,44)	2,38	(0,50)	-	(5,29)	(3,78)	(1,51)	(5,29)	-
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	(67,55)	(108,79)	63,80	(10,11)	-	(122,65)	(80,88)	(41,77)	(122,65)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(169,42)	(108,91)	209,77	(0,29)	16,86	(51,99)	(51,43)	(0,56)	(51,99)	(18,06)
Majoração de alíquotas de PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(4,91)	(59,90)	24,61	(0,29)	16,86	(23,63)	(23,10)	(0,53)	(23,63)	-
Sobrecontratação de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na revisão tarifária periódica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras tarifárias	(164,51)	(49,01)	185,16	-	-	(28,36)	(28,33)	(0,03)	(28,36)	(18,06)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos Passivos Financeiros Setoriais	(310,62)	(368,24)	347,11	(13,91)	136,62	(209,04)	(165,21)	(43,84)	(209,04)	(18,06)

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

	Juros de	Principal	Principal +	Total	Total
RESUMO	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	2016	2015
Dívida Bruta	33,80	153,49	55,27	242,56	458,06
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	33,80	153,49	55,27	242,56	458,06
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(77,29)	-	(77,29)	(164,07)
Alta Liquidez	-	(64,33)	-	(64,33)	(30,93)
Demais Aplicações Financeiras	-	(12,95)	-	(12,95)	(133,14)
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	33,80	76,20	55,27	165,28	293,99

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Não houveram Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos em 2016 e 2017 na EFLJC

9. Provisões para Litígios

Não houveram provisões para Litígios em 2016 e 2017 na EFLJC.

10. Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação	Custo Histórico	Correção Monetária	Reavaliação	Total
	Taxa Média Anual		Especial		
Em serviço	2,72%	(49,45)	-	(59,94)	(109,39)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3,10%	(7,97)	-	(9,66)	(17,63)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	2,65%	(41,48)	-	(50,28)	(91,76)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	(112,24)	-	-	(112,24)
Ultrapassagem de demanda	-	(42,87)	-	-	(42,87)
Excedente de reativos	-	(69,37)	-	-	(69,37)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	9,69	-	18,51	28,19
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	3,31	-	7,67	10,98
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	6,38	-	10,83	17,21
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	2,72%	(152,00)	-	(41,43)	(193,43)

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

CONTA	Nomenclatura	Saldo												Saldo	
		Dez/16	jan	fev	mar	abr	mai	2017					dez		
								jun	jul	ago	set	out	nov		
2223.3.01.02.00.0.001	Participação Financeira do Consumidor - Até Dez/2015	(7,97)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7,97)	
2223.3.01.02.00.0.002	Reavaliação Compulsoria Regulatoria - VNR - Particip. Financ. do Cons. - Nov/2016	(9,66)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9,66)	
														Sub total da Conta	(17,63)
2223.3.01.05.00.0.001	Software - Neo Domino -P&D - Projeto Localização de Falhas - Até Dez/2015	(41,48)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41,48)	
2223.3.01.05.00.0.002	Reavaliação Compulsoria Regulatoria - VNR de Part. Fin. de Cons. Nov/2016	(50,28)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50,28)	
														Sub total da Conta	(91,76)
2223.3.01.99.00.0.002	Receita de Excedente de Reativo - Mar/2016	(69,37)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(69,37)	
2223.3.01.99.00.0.003	Receita de Ultrapassagem de Demanda - Mar/2016	(42,87)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42,87)	
														Sub total da Conta	(112,24)
Total		(221,63)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(221,63)	
2223.3.02.02.00.0.001	(-) Depreciação Participação Financeira Consumidor - Até Dez/2015	2,93	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,02	0,02	0,02	0,02			3,31	
2223.3.02.02.00.0.002	Reavaliação Compulsoria Regulatoria - VNR de Part. Fin do Cons. - Nov/2016	7,53	-	-	-	-	-	-	-	0,03	0,03			7,67	
														Sub total da Conta	10,98
2223.3.02.05.00.0.001	(-) D.A - Software Neo Domino - Até Dez/2015	4,81	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,12	0,12	0,12	0,12			6,38	
2223.3.02.05.00.0.002	Reavaliação Compulsoria Regulatoria - VNR de Software - Nov/2016	10,11	-	-	-	-	-	-	-	0,14	0,15			10,83	
														Sub total da Conta	17,21
Total		7,74	0,19	0,19	0,19	0,19	0,19	0,14	0,14	0,31	0,32			28,19	

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

	Saldo inicial em 31/12/16	Adições (a)	Baixas (b)	Transferência (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017
Obrigações Especiais - R\$ Mil						
Em serviço	(109,39)	-	-	-	-	(109,39)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(17,63)	-	-	-	-	(17,63)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(91,76)	-	-	-	-	(91,76)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-
Outros	(112,24)	-	-	-	-	(112,24)
Ultrapassagem de demanda	(42,87)	-	-	-	-	(42,87)
Excedente de reativos	(69,37)	-	-	-	-	(69,37)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	25,39	1,94	-	-	0,86	28,19
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	10,47	0,38	-	-	0,14	10,98
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	14,92	1,56	-	-	0,72	17,21
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total em Serviço	(196,24)	1,94	-	-	0,86	(193,43)
Em Curso	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-
Outros	(16,23)	-	-	-	-	(16,23)
Ultrapassagem de demanda	(5,44)	-	-	-	-	(5,44)
Excedente de reativos	(10,79)	-	-	-	-	(10,79)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total em Curso	(16,23)	-	-	-	-	(16,23)
Total Geral	(212,47)	1,94	-	-	0,86	(209,67)

Obs: A partir da RTP 2016 a SFF/ANEL determinou que a Concessionária que renovar sua Concessão, contabilize o Excedente de Reativo e a Demanda de Ultrapassagem no grupo 2211 - Passivo Financeiro Setorial.

Por essa razão não houve movimentação neste grupo em 2017.

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$/Mil 1.022,73 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	%	Preferenciais Cotas
Espolio Victor Cesa	75,74%	774,62
Helena Amália Frassetto	10,01%	102,34
Inocente Frassetto	4,49%	45,91
Angelica Feltrin Cesa	4,20%	42,95
Edson de Silvestre	1,51%	15,44
Daniel Paulino de Araujo	1,51%	15,44
Alda Feltrin Patel	0,53%	5,42
Vilson Moacir Cesa	0,50%	5,11
Epolio Lírio Cesa	0,50%	5,11
Emerson Cardoso Cesa	0,50%	5,11
Jorge Henrique Cesa	0,17%	1,74
Fátima Raquel Cesa Pereira	0,17%	1,74
Hélio Roberto Cesa	0,17%	1,74
Total	100,00%	1.022,73

Reservas de Capital

	2017	2016
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	(47,51)	47,51
Total	(47,51)	47,51

Outros Resultados Abrangentes

	2017	2016
Reavaliação regulatória compulsória	1.775,91	1.787,76
Depreciação da reavaliação regulatória compulsória	(1.188,16)	(1.144,60)
Total	587,74	643,16

Reservas de lucros

	2017	2016
Reserva legal	-	-
Lucros a realizar	-	-
Reserva para investimentos	-	-
Total	-	-

Lucros (prejuízos) acumulados

	2017	2016
Lucros acumulados	1.101,76	784,65
Prejuízos acumulados	(712,75)	(658,88)
Total	389,01	125,77

Total patrimônio líquido	1.951,97	1.744,15
---------------------------------	-----------------	-----------------

Obs 1 : A EFLJC por ser uma Sociedade Ltda não está obrigada a constituir reservas de lucros. Por esse motivo justificamos a ausência de tais números.

Obs 2 : Em 2016 e 2017 não houve ajustes em exercicios anteriores.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento - Faturado	3.648	3.620	13.414,82	15.106,39	9.586,16	10.578,11
Residencial	3.116	3.082	6.832,95	6.853,81	4.816,21	4.757,29
Industrial	377	379	2.994,86	3.099,27	1.711,77	2.334,82
Comercial	109	114	2.384,72	3.986,08	2.359,07	2.844,06
Rural	4	4	12,86	11,58	5,75	4,89
Poder público	41	40	539,42	528,02	411,19	380,73
Iluminação pública	1	1	650,01	627,63	282,17	256,32
Serviço público	-	-	-	-	-	-
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	2,00	2,00	3.768,39	1.834,33	467,61	190,87
Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres	2,00	2,00	3.768,39	1.834,33	467,61	190,87
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(16,43)	(26,53)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(2,05)	(12,34)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(14,37)	(14,19)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas	-	-	-	-	-	-
Regulatórias	-	-	-	-	487,92	568,30
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	487,92	568,30
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	(28,31)	(271,51)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos	-	-	-	-	91,94	316,31
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	25,26	21,14
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	399,04	502,34
Total	3.650,00	3.622,00	17.183,21	16.940,72	10.525,27	11.310,74

obs: A diferença entre o presente quadro e a DRER refere-se à Renda Não Faturada, no valor de R\$/mil 102,20

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2016 e 2017, a EFLJC não efetuou operações de compra de suprimento na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores

	2017	2016
Pessoal	1.293,43	1.242,04
Remuneração	858,11	852,10
Encargos	303,05	300,50
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	167,66	144,85
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	(35,39)	(55,40)
Administradores	391,32	377,58
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	370,95	359,38
Benefícios dos administradores	20,36	18,20
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	1.684,75	1.619,62

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	265,25	(62,77)
Ajustes Efeitos IFRS	53,88	40,97
Lucro ajustado	319,13	(21,80)
Ajustes LALUR	13,56	20,23
Dedução de Prejuízo de Exerc. Anteriores (Parte B LALUR)	(99,81)	(1,57)
Base de Calculo Fiscal	232,88	-
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(55,89)	-
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(55,89)	-

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Sendo a EFLJC uma Distribuidora de Energia Elétrica, com uma só atividade concedida, está dispensada da publicação de Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade.

17.1 Revisão Tarifária Periódica

Em 22/08/2016 nossa Empresa encerrou o seu Quarto Ciclo de Revisão Tarifária Periódica. Tal resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL N no 2.130, de 23/08/2016, que passou a vigorar a partir de 29/08/2016. O índice de reposicionamento foi: (1,71)% referente à Parcela A + Parcela B e de (5,14)% quando totalizado com os "componentes financeiros". O Componente Pd e T do Fator X foi fixado em 1,61%. Já o componente Q do Fator X deverá ser apurado em cada reajuste tarifário, a partir de 2017. O Nível Regulatório de Perdas de Energia Elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários de 2016 a 2020 foi definido em 4,55% para as perdas técnicas sobre a energia injetada e 1,54% (zero por cento) para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão. Os itens financeiros, que causaram um grande impacto financeiro nesta Revisão, foram compostas principalmente, pela encontro de contas das Bandeiras Tarifárias Credoras, faturadas por ordem da Legislação, e, agora, devolvida aos consumidores a parte não requerida pelas usinas, através de descontos tarifários.

17.2 Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior

Em 2017 tivemos a homologação do primeiro Reajuste Tarifário pós Revisão, através da Resolução Homologatória ANEEL N no 2.397 na ordem de 12,68% para as Parcelas A + B e (0,23)% atítulo de Financeiros, gerando um percentual de 12,44%. O fator X ficou em 1,93%. Pd e T do Fator X foi fixado em 1,61%. O Nível Regulatório de Perdas de Energia Elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários de 2017 a 2020 foi definido em 4,05% para as perdas técnicas sobre a energia injetada e 1,54% para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão.

Nossa Revisão Tarifária, nossos próximos reajustes tarifários ocorrerão nos anos 2018, 2019 e 2020, durante a vigência do quarto ciclo tarifário da EFLJCL.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações socorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	3.744,24
(2) Índice de Aproveitamento Integral	0,00
(3) Obrigações Especiais Bruta	256,11
(4) Bens Totalmente Depreciados	864,60
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	2.623,53
(6) Depreciação Acumulada	1.779,63
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	1.964,60
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	0,00
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	1.964,60
(10) Almojarifado em Operação	12,49
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	232,46
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	1.744,64
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,24%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	111,24
(19) WACC real antes de impostos	12,26%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	6,43
23) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	220,31

Obs: Esta base de Remuneração, após o IRT 2017 apresenta os seguintes valores:

Componentes do Investimento Remunerável	R\$	
	Revisão 08/16	REAJUSTE 08/17
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	3.744,24	3.764,08
b) (-) Depreciação Acumulada	(1.779,63)	(1.789,06)
c) (-) Obrigações Vinculadas ao SPEE	(232,46)	(233,69)
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	1.732,15	1.741,33
e) (+) Almojarifado	12,49	12,56
f) = Investimento Remunerável (B.Remuneração)	1.744,64	1.753,89
h) = Investimento total Remunerável na tarifa	1.744,64	1.753,89
i) Bens 100% depreciados	864,60	869,19
j) Variação do IPCA (líquido fator X)		
k) Cota de Depreciação – Taxa média Anual 4,24%	111,24	111,83
Reajuste publicado pela REH 2.397/2017 em 29/08/2017		0,53%

17.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infra-estrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	830,80
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	373,86
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	99,70
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	357,24
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	42,09
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	20,35
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	89,30
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	151,75

17.5 Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros.

Vale salientar que, no 4o. Ciclo Tarifário, a ANEEL verificará esse procedimento ao final do ciclo, controlando anualmente os índices de continuidade e de qualidade, de forma a verificar se os investimentos tiveram efetivos resultados aos consumidores.

17.6 Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão ou reajuste tarifário da EFLJCL é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita	Receita		Variação	Impacto no	Part. na
	Último RTP R\$	Verificada	Reajuste	Projetada %	Reajuste Tarifário %	Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	5.826,02	4.974,19	5.874,33	(0,35)	106,03%	69,06%
1.1. Encargos Setoriais	1.187,94	1.096,87	1.006,96	(0,19)	3,24%	11,84%
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	13,38	13,39	13,33	0,07%	(0,41)%	0,16%
CDE	963,60	879,64	786,03	(8,71)%	(10,64)%	9,24%
PROINFA	139,71	140,62	131,04	0,65%	(6,81)%	1,54%
P&D (Eficiência Energética)	71,25	63,22	76,57	(11,26)%	21,11%	0,90%
ONS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	681,27	709,01	1.362,47	0,04	92,17%	16,02%
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	681,27	709,01	1.362,47	4,07%	92,17%	16,02%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	3.956,80	3.168,32	3.504,90	(0,20)	10,62%	41,20%
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	3.956,80	3.168,32	3.504,90	(19,93)%	10,62%	41,20%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	2.534,42	2.580,64	2.631,96	0,09	9,94%	30,94%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	2.239,58	2.280,42	2.325,77	1,82%	1,99%	27,34%
2.2. Remuneração	220,32	224,34	228,80	1,82%	1,99%	2,69%
2.3. Depreciação	111,24	113,27	115,52	1,82%	1,99%	1,36%
2.4. Receitas Irrecuperáveis	4,53	4,61	4,70	1,82%	1,99%	0,06%
2.5. Outras Receitas	(41,24)	(42,00)	(42,83)	1,82%	1,99%	(0,50)%
3. Reposicionamento Econômico	(1,71)%		12,68%			
4. Componentes Financeiros	(3,43)%		(0,23)%			
5. Reposicionamento com Financeiros	(5,14)%		12,44%			
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	3,39%		4,21%			
7. Efeito para Consumidor	(1,76)%		16,65%			

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias. Conforme segue:

Descrição	2017			2016			
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Ativos							
Ativo circulante		2.414,14	-	2.414,14	1.960,07	-	1.960,07
Caixa e equivalentes de caixa		77,29	-	77,29	164,07	-	164,07
Consumidores		1.027,63	-	1.027,63	872,17	-	872,17
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		53,07	-	53,07	-	-	-
Tributos compensáveis		349,22	-	349,22	148,14	-	148,14
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		12,66	-	12,66	12,24	-	12,24
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		432,04	-	432,04	460,72	-	460,72
Despesas pagas antecipadamente		1,44	-	1,44	0,89	-	0,89
Ativos de operação descontinuada e bens Destinados à alienação		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		460,79	-	460,79	301,84	-	301,84
Ativo não circulante		2.435,39	(629,18)	1.806,21	2.545,21	(685,46)	1.859,75
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		4,17	-	4,17	10,06	-	10,06
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		4,33	-	4,33	4,33	-	4,33
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes (Ativo Financeiro da Concessão)	18.3	-	78,76	78,76	-	78,58	78,58
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	18.4.1	2.420,27	(2.420,27)	-	2.513,96	(2.513,96)	-
Intangível	18.7.2	6,62	1.712,33	1.718,95	16,86	1.749,92	1.766,78
Total do ativo		4.849,53	(629,18)	4.220,35	4.505,28	(685,46)	3.819,82

Descrição	2017			2016			
	Nota Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario	
Passivo							
Passivo circulante	2.575,88	-	2.575,88	2.339,92	-	2.339,92	
Fornecedores	791,84	-	791,84	948,50	-	948,50	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	187,29	-	187,29	292,24	-	292,24	
Obrigações sociais e trabalhistas	140,58	-	140,58	148,05	-	148,05	
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	
Tributos	706,93	-	706,93	323,61	-	323,61	
Provisão para litígios	-	-	-	-	-	-	
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	
Encargos setoriais	358,94	-	358,94	243,97	-	243,97	
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-	-	
Passivos financeiros setoriais	209,04	-	209,04	310,62	-	310,62	
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-	-	
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	
Obrigações com associados	-	-	-	-	-	-	
Outros passivos circulantes	181,26	-	181,26	72,93	-	72,93	
Passivo não circulante	321,69	(41,44)	280,25	453,94	(42,30)	411,64	
Fornecedores	38,68	-	38,68	74,01	-	74,01	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	55,27	-	55,27	165,82	-	165,82	
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	
Tributos	-	-	-	-	-	-	
Provisão para litígios	-	-	-	-	-	-	
Encargos setoriais	-	-	-	-	-	-	
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-	-	
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	
Passivos financeiros setoriais	18,07	-	18,07	1,64	-	1,64	
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	
Obrigações com associados	-	-	-	-	-	-	
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-	-	
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	18.6.1	209,67	(41,44)	168,23	212,47	(42,30)	170,17
Total do passivo	2.897,57	(41,44)	2.856,13	2.793,86	(42,30)	2.751,56	
Patrimônio líquido							
Capital social		1.022,73	-	1.022,73	990,00	-	990,00
Reservas de capital	18.8	(47,51)	47,51	-	(47,51)	47,51	-
Outros resultados abrangentes	18.8	587,74	(587,74)	-	643,16	(643,16)	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	18.8	389,00	(47,51)	341,49	125,77	(47,51)	78,26
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		-	-	-	-	-	-
Sobras à disposição da Assembleia		-	-	-	-	-	-
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		1.951,96	(587,74)	1.364,22	1.711,42	(643,16)	1.068,26
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.849,53	(629,18)	4.220,35	4.505,28	(685,46)	3.819,82



João Cesa
Energia para a vida

Descrição	Nota	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		10.627,49	151,01	10.778,50	11.211,02	-	11.211,02
Fornecimento de energia elétrica		5.774,35	-	5.774,35	6.723,07	-	6.723,07
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		4.365,19	-	4.365,19	3.919,67	-	3.919,67
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		63,64	-	63,64	44,80	-	44,80
Serviços cobráveis		25,26	-	25,26	21,14	-	21,14
Doações, contribuições e subvenções vinculados ao serviço concedido	18.7.3	399,05	151,01	550,06	502,34	-	502,34
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-	-
Tributos		(2.625,46)	-	(2.625,46)	(2.921,82)	-	(2.921,82)
ICMS		(2.093,42)	-	(2.093,42)	(2.283,80)	-	(2.283,80)
PIS-PASEP		(95,25)	-	(95,25)	(112,92)	-	(112,92)
Cofins		(436,79)	-	(436,79)	(525,10)	-	(525,10)
ISS		-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(1.110,86)	-	(1.110,86)	(1.298,75)	-	(1.298,75)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(34,46)	-	(34,46)	(33,64)	-	(33,64)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(777,99)	-	(777,99)	(950,10)	-	(950,10)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(34,46)	-	(34,46)	(33,64)	-	(33,64)
Taxa de fiscalização		(13,36)	-	(13,36)	(12,31)	-	(12,31)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(250,59)	-	(250,59)	(269,06)	-	(269,06)
Receita líquida / Ingresso líquido		6.891,17	151,01	7.042,18	6.990,45	-	6.990,45
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(4.465,89)	-	(4.465,89)	(4.684,67)	-	(4.684,67)
Energia elétrica comprada para revenda		(4.334,11)	-	(4.334,11)	(4.546,40)	-	(4.546,40)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra		(131,78)	-	(131,78)	(138,27)	-	(138,27)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distrib.		-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.425,28	151,01	2.576,29	2.305,78	-	2.305,78
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(2.137,11)	(97,13)	(2.234,24)	(2.426,16)	40,97	(2.385,19)
Pessoal e administradores (inclui XX de remuneração a administradores)		(1.684,78)	-	(1.684,78)	(1.619,62)	-	(1.619,62)
Entidade de previdência privada		(49,19)	-	(49,19)	(72,55)	-	(72,55)
Material		(204,46)	-	(204,46)	(506,31)	-	(506,31)
Serviços de terceiros		-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguéis		(2,67)	-	(2,67)	(2,50)	-	(2,50)
Seguros		(25,36)	-	(25,36)	(21,41)	-	(21,41)
Doações, contribuições e subvenções		(13,56)	-	(13,56)	(16,30)	-	(16,30)
Provisões		-	-	-	-	-	-
Recuperação de despesas		14,42	-	14,42	13,72	-	13,72
Tributos		(10,28)	-	(10,28)	(8,01)	-	(8,01)
Depreciação e amortização	18.5.2	(173,76)	53,89	(119,87)	(158,55)	40,97	(117,58)
Gastos diversos da atividade vinculada	18.7.3	(99,55)	(151,02)	(250,57)	(102,65)	-	(102,65)
Outras Receitas Operacionais		120,43	-	120,43	84,82	-	84,82
Outras Gastos Operacionais		(8,35)	-	(8,35)	(16,80)	-	(16,80)
Resultado da Atividade		288,17	53,88	342,05	(120,38)	40,97	(79,41)
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		(22,92)	-	(22,92)	57,61	-	57,61
Despesas financeiras		(164,06)	-	(164,06)	(224,93)	-	(224,93)
Receitas financeiras		141,14	-	141,14	282,54	-	282,54
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	18.9	265,25	53,88	319,13	(62,77)	40,97	(21,80)
Despesa com impostos sobre os lucros		(55,89)	-	(55,89)	-	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade		209,36	53,88	263,24	(62,77)	40,97	(21,80)
Operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	18.9	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		209,36	53,88	263,24	(62,77)	40,97	(21,80)
Atribuível aos:							
Quotistas controladores		188,92	48,62	237,54	(46,68)	30,47	(16,21)
Quotistas não controladores		20,44	5,26	25,70	(16,09)	10,50	(5,59)
Lucro por ação		0,20	0,05	0,26	(0,06)	0,04	(0,02)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,20	0,05	0,26	(0,06)	0,04	(0,02)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-

18.1 Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2 Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes em ativos e passivos financeiros setoriais, uma vez que são agora aceitos pelas normas do IFRS.

18.3 Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 - Contratos de Concessão e OCPC 05, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4 Imobilizado

18.4.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5 Intangível

18.5.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5.3. Intangíveis da Concessão

Os valores ali demonstrados como AJUSTES tratam-se dos bens vinculados à Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, não aceitos pela Contabilidade Internacional como Ativo Imobilizado. Preve-se que os valores aqui registrados estejam totalmente depreciados até o final da Concessão. Eventuais saldos residuais foram transferidos para o Ativo Financeiro da Concessão.

18.6 Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.6.2 Amortização

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1 Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2 Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3 Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve remuneração do ativo financeiro nos exercícios contábeis de 2016 e 2017.

18.7.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houveram ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios de 2016 e 2017.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2017	2016
Saldos no início do exercício	1.364,22	1.068,26
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(47,51)	(47,51)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	587,74	643,16
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Efeitos IFRS - Outras Reservas de Capital	47,51	47,51
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	1.951,96	1.711,42

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço. Saliemos que esta reavaliação somente sofreu baixas e depreciação no exercício de 2017.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	263,23	(21,80)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(53,88)	(40,97)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(53,88)	(40,97)
Receita/Despesa de Construção	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	209,35	(62,77)

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2017, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente.

As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais e configuram o Balanço Regulatório de 2017 da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos

Srs. Cotistas e Administradores da
EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA
Siderópolis - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Outros Assuntos

A **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis em separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, com data de 29 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 29 de março de 2018.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador–CRC-SC 14.874/0-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012



Edson de Silvestre
Diretor Administrativo
CPF nº 024.589.159-57

Sednir Cesa
Diretor Financeiro
CPF nº 298.507.039-20

Edson de Silvestre
Contador – CRC nº SC- 024752/O8



João Cesa
Energia para a vida

Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.
CNPJ 86.301.124/0001-22 - Inscr. Est. 251.789.560
Rua José do Patrocínio, 56 - Centro - CEP 88860-000 - Siderópolis/SC
Fone/Fax: (48) 3435-8300 - www.joaocesa.com.br